



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PLANOS DE SAÚDE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1849/03	DATA: 04/11/03
INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 17h46min	DURAÇÃO: 03h
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h59min	PÁGINAS: 87	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO – Presidente da SAMCIL.
FERNANDO MOREDO – Presidente do Centro Transmontano de São Paulo.
RICARDO SILVEIRA DE PAULA – Presidente da ABC Convênios Médico-Hospitalares Ltda.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.
Há expressões ininteligíveis.
Há exibição de imagens.
Há oradores não identificados.
A reunião foi suspensa e reaberta



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Boa-tarde a todos e a todas que acompanham mais esta audiência pública e sessão da CPI que investiga os planos de saúde. Boa-tarde aos Deputados, Deputadas. Então, havendo número regimental, eu declaro aberta a nossa sessão e ouço imediatamente o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu acho que até agora os trabalhos da CPI transcorreram normalmente, mas eu estou surpreendido com o requerimento de V.Exa., do dia 31, pedindo a prorrogação dos trabalhos da CPI, sem consultar os membros desta Comissão. Eu acho que a primeira prorrogação era normal, e, logicamente, o Regimento permite que não só V.Exa., como qualquer membro, pudesse pedir a prorrogação da CPI. Mas aprovada a prorrogação, na quarta-feira da semana passada, logo em seguida, um novo requerimento de V.Exa. prorrogando... um pedido de prorrogação dos trabalhos novamente, sem discutir com os membros. E, segundo conversei com o Relator, disse-me ele que o relatório já está pronto e que ele nem precisa de mais prazo. Eu gostaria que V.Exa. dissesse, até por respeito aos membros da Comissão que V.Exa. preside, a razão pela qual apresentou esse requerimento sem consultar a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Primeiro, Deputado Arnaldo, eu quero reconhecer, aqui, publicamente, perante alguns membros de nossa CPI, que, de fato, não tive como consultá-los a todos, havia uma premência de tempo, e eu justifico esse pedido de uma prorrogação curta, porque o Presidente havia nos concedido uma prorrogação até o dia 17. Como nós queremos ter um tempo hábil para que os Sras. e Srs. Deputados recebam o relatório da CPI, com possibilidade de ler e estudar antes que coloquemos o relatório em discussão e votação, e como nós recebemos, por exemplo, a cedência, ou está conosco... Não sei a situação... Havíamos requisitado, por exemplo, um servidor público experiente do Banco Central, e isso tardou a chegar à CPI, nós entendemos que mais uma semana era necessária para poder fazer o trabalho sem atropelo. O Relator, inclusive, me comentou que achava que isto era positivo, por isso, eu, inclusive, estranho, talvez, esta parte só da fala de V.Exa. no sentido de que ele também achou melhor que nós pudéssemos consolidar o relatório com mais calma — ele, no



caso, com as sugestões que está recebendo —, e que nós possamos, então, ter pelo menos uma semana. A idéia, com isso, seria que nós, até o final da semana que vem, apresentássemos o relatório — isso, nós estamos falando do dia, talvez, dia 12 ou 13 da semana que vem — e, com isso, então, teríamos tempo para votar até o dia — estou sem os dados aqui de cabeça —, mas até o dia 19 ou até o dia 21. nós pedimos para efeito de segurança de ter uma última terça-feira, se fosse o caso, no dia 21. Então, este é o motivo, e eu preciso, em primeiro lugar, reconhecer que o ideal e o correto seria, primeiro, consultar todos os membros da CPI, porque só consultei alguns.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ -Vinte e um é sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Carla errou aqui no dia do calendário...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Estou sem calendário, mas me parece que 21 é sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Não. Nós temos a prorrogação autorizada até o dia 17, certo? Sendo que dia 17 é uma segunda-feira. Portanto, teríamos de tempo útil, de sessões, etc., na verdade, até o dia 13. E, aí, eu solicitei ao Presidente a prorrogação até o dia 25, terça-feira, para que impreterivelmente... A idéia é que nós votemos o relatório na semana de 18, 19 e 20. E, por isso, é que nós queremos garantir que o relatório chegue à mão dos Srs. Deputados, Sras. Deputadas até o dia 13, o mais tardar. Então, temos ali o fim de semana para ler, estudar, e a discussão e votação, naqueles 3 dias da semana seguinte. Se houver algum problema, nós temos essa reserva técnica do dia 25, que nem pretendemos utilizar. Esta foi a idéia, Deputado Arnaldo, com os meus pedidos de desculpas por não ter consultado todos os membros da CPI.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, passou por mentiroso, porque o Relator me disse que não precisava de mais prazo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Bom, então, feito esse esclarecimento, eu indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura das atas das reuniões realizadas em 21 e 27 de outubro, tendo em vista sua distribuição por cópias.



O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Sr. Presidente, uma questão de ordem. O assunto está encerrado? O assunto do prazo ficou encerrado só nessa justificativa ou esse assunto aí da Comissão pode voltar, pode discutir ou pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Da minha parte, com a vênua da compreensão dos colegas, ficou encerrado. Mas, evidentemente...

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Mas isso era bom consultar a todos, porque senão dá a impressão de que houve um diálogo de duas pessoas. E eu acho que não devia ter essa prorrogação. Pelo menos eu não fui consultado, não tive oportunidade de opinar. Agora eu estou de acordo de que a gente consulte o plenário aqui e não a ficarmos discutindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Vamos ouvir o Deputado José Linhares e depois o Deputado Jamil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Nós gostaríamos somente de perguntar a V.Exa. se realmente teríamos uma semana com o relatório na mão, porque eu acho que é fundamental agora, já que nós estamos nas instâncias finais, embora o Deputado Arnaldo Faria haja dito que o relatório já se encontra pronto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Pela informação que eu tenho, isso não é verdadeiro. Evidente que o Relator não está aqui para colocar. Tanto que nós temos, inclusive, trabalhos que estão sendo feitos a partir de hoje por este técnico do Banco Central que chegou à CPI para iniciar os seus trabalhos hoje. Deputado José Linhares, só para concluir.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Deixa eu terminar. Se porventura esse relatório já está pronto, então aí nós não temos mais motivos de prorrogar, porque aí, se está pronto, não é? Agora, se não estiver pronto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Ele não está pronto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - ... eu achava importante é que nós tivéssemos esse relatório pelo menos com uma semana de antecipação, para que nós pudéssemos proceder a uma leitura atenciosa e votarmos conscientemente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Jamil e depois Deputada Laura.



O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Sr. Presidente, Srs. Deputados, logicamente, a preocupação dos Srs. Parlamentares é de contribuir e colaborar para o bom andamento dos termos do trabalho. Agora, nós convidamos aqui algumas empresas, Presidentes de algumas empresas médicas, e pelo esclarecimento do Presidente, essa seria, pelo que eu entendi, a última audiência, está em andamento o término do relatório e teria que ter um prazo de segurança para não terminar sem debatermos o relatório, o que seria tecnicamente uma vergonha aqui terminar sem uma conclusão. Então, eu estou entendendo a preocupação do Presidente e eu, se não houver obstáculos, sugeriria que a gente começasse a ouvir os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - A Deputada Laura queria colocar uma questão também para tentar auxiliar...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, eu estou fazendo conta aqui. Sr. Presidente, esta Comissão já decidiu, V.Exa., em conjunto, que hoje é a nossa última audiência pública. Pronto. Portanto, o Relator apresentará o seu substitutivo, o seu projeto, o seu relatório, que é um projeto nessa altura do campeonato, é um relatório, enfim, dia 11, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - A expectativa ia ser entre 11 e 13. É o que Relator havia me dito.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, mas é porque isso é importante. A gente tem que... Eu acho que o que a gente podia definir eram as datas, prazo. Senão, não tem chance de discutir sem prazo. Se a gente definir, dia 11 é o prazo de apresentação do relatório. Dia 18, aí nós todos vamos pedir vista para ler, né? Nossa vista é de duas sessões, não é isso, Arnaldo?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sessões da Câmara e não da...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro, da Câmara, o que significa dizer que a gente teria uma reunião dia 18 para discutir e votar. A gente tem que dar um teto para se discutir e votar, como fizeram... porque senão vai acontecer o que aconteceu na Comissão... Por exemplo, na Comissão de Segurança, no relatório do Estatuto do Desarmamento, me deram 5 dias para fazer relatório e votar. Na Comissão de Justiça ficou 3 meses, 2 meses. Então, o que eu acho que os Deputados estão querendo é, assim, a gente ter datas fixas, senão é ruim para nós,



que a gente não vota. Ah, fica discutindo, discutindo, discutindo, discutindo e não vota. Então, talvez o ideal fosse: dia 11, ele apresenta; dia 18, aí a gente vai de vista, todo o mundo, vista conjunta. Dia 18, a gente começa a discutir e fecha o prazo. E aí já fixa que a gente tem até dia 20 para votar, porque senão, se a gente deixar até dia 25 para votar, vai acabar que a gente vai votar de afogadilho no dia 25. Se tem que fazer, faz um cronograma: tem um dia para a discussão e um dia para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Está bem. Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Bem, se ele apresentar no dia 11, ou no dia 12, ou no dia 13, dá perfeitamente para se pedir vista e votar no dia 18, 19, 20. Dá tranqüilamente. Sr. Presidente. A respeito da preocupação do nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá e de outros companheiros, eu acho de extrema importância, mas não o fato de estar ou não o relatório pronto, porque isso, obviamente, se aparecer um fato importantíssimo novo, isso não implica que seja modificado o relatório até o momento de sua votação, até por sugestão. Por isso que existe a discussão. Mas o que eu gostaria de saber é que V.Exa. numerasse, exatamente, todas as colocações que existem contra cada uma dessas empresas em relação ao que cabe à Comissão, que é denúncias de irregularidade na prestação dos serviços por empresas e instituições privadas de plano de saúde. Essas 3 empresas, para terem sido chamadas, é óbvio, nós sabemos — eu quero que V.Exa., como Presidente, obviamente, decline isso aos colegas, do motivo de terem sido chamadas —, em relação a essas irregularidades, quais são essas irregularidades em relação a cada uma dessas empresas, para que nós possamos... Agora, chegou aqui o Deputado Ribamar, que é o Relator, que obviamente pode, com mais clareza e tranqüilidade, nos dizer quais são as irregularidades que foram apontadas contra a Empresa SAMCIL, contra a Empresa Centro Transmontano de São Paulo e contra a Empresa ABC Convênios Médico-Hospitalares Ltda., para que fique claro à Comissão quais são os motivos que eles foram convocados para vir prestar os seus esclarecimentos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, só, pela ordem, antes de V.Exa. responder à questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Só um pouquinho. Eu só quero pedir agora aos colegas que o Presidente possa, a partir do que ouviu, sugerir um encaminhamento. Se ele não contemplar a opinião da maioria, nós ouvimos de novo alguns dos Deputados, porque nós temos que concluir aquele primeiro assunto, para depois entrar na audiência pública. Se, mesmo assim, o Deputado Arnaldo quer, evidentemente tem a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só quero fazer uma manifestação, porque quando eu fiz a colocação, o Relator não estava presente, e eu quero colocar o Relator a par. Eu fiz uma reclamação pública com o requerimento do Presidente, pedindo a prorrogação dos trabalhos para 25 de novembro sem consultar o Plenário da Comissão, o que, aliás, era desnecessário, pelo Regimento, mas, de bom alvitre e, salvo melhor juízo, de bom relacionamento, que o Presidente assim o fizesse. E eu disse que consultei o Sr. Relator. O Sr. Relator disse que o seu relatório está praticamente concluído, e que segundo o Relator informou-me, havia condição de a gente concluir os trabalhos dentro do prazo do dia 17. E eu fui surpreendido com esse requerimento de prorrogação para o dia 25, sem que a Comissão tivesse sido consultada. Essa foi a razão que eu fiz essa colocação e, para não parecer mentiroso, agora o Relator está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Está bem. Então, feitas aqui as nossas ponderações e análises, depois, o Relator, evidente, se quiser, vai usar a palavra, mas, de fato, quando pedimos essa prorrogação, pedimos, inclusive, de comum acordo, porque eu fui procurado pelo Relator e pude consultar alguns colegas, que foram poucos, é verdade. Mas a sugestão é que, de fato, nós mantenhamos esta nova agenda de trabalhos, sendo que hoje, como disse a Deputada Laura Carneiro, é a única audiência pública. O Relator fará um esforço, tenho certeza, para preferencialmente nos entregar este relatório no dia 11, que seria o ideal. Se porventura S.Exa. precisar de mais um dia temos uma flexibilidade nos dias 11, 12 ou 13, porque, mesmo assim, teríamos uma semana para trabalhar até a votação que seria 18, 19 ou 20. Só mantive a data do dia 25, e a minha idéia é manter esta data, porque se nós formos surpreendidos por alguma questão que entendamos que precisamos de mais um dia, é melhor ter isso incorporado e não utilizar do que eventualmente ter que às pressas... É uma reserva técnica. A idéia



não é usar o dia 25. A idéia é trabalhar para que possamos encerrar tudo até o dia 20. Quero só ver se o Relator quer abordar alguma questão e, depois, concederei a palavra à Deputada Laura Carneiro, pedindo compreensão para passarmos à audiência pública de hoje.

O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES - Sr. Presidente, caros colegas, gostaria só de prestar os esclarecimentos necessários. Nós trabalhamos com o projeto para que o relatório estivesse pronto no dia 28 próximo passado, quando houve aquele questionamento em que haveria sido prorrogada a CPI até o dia 20. Então, passamos a trabalhar com a hipótese de entregarmos o relatório no dia 6. Quando nós falamos que o relatório já estava quase pronto, realmente o relatório já está tomando o corpo necessário, faltando apenas algumas nuances, que é a questão solicitada pelo Deputado Arlindo Chinaglia, do Banco Central, da quebra de sigilo bancário da UNIMED, em São Paulo, e incorporar a audiência pública de hoje. Quando fizemos o questionamento que estaria pronto é porque achávamos desnecessário fazer uma nova audiência pública em cima do que estava previsto de tal relatório ter que ser votado, no máximo, dia 13. Porque dia 17, como foi prorrogado, é uma segunda-feira. E segunda-feira e sexta-feira, no Congresso Nacional, não é praxe conseguir-se reunir mais do que o Presidente da reunião e quem está falando na tribuna. Afora isso não se consegue *quorum* para uma reunião. Então, como não teríamos tempo hábil para entregarmos esse relatório sugeriríamos, então, que fosse suspensa a reunião de hoje para podermos entregar o relatório. Mas já que a audiência pública vai ser realizada e houve esse prolongamento até o dia 20, então que se mantenha até o dia 20, para que possamos entregar o relatório tranqüilamente. Estamos nos reunindo constantemente com os Drs. Hugo e Fábio, que são consultores desta Casa e, com certeza, já estaremos com essa minuta pronta para podermos começar a fazer a leitura e votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Está bem.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, fiz uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Só um minuto, Deputado Robson Tuma. Entendi a questão de ordem de V.Exa., só que ela se



refere à segunda parte da nossa audiência de hoje. Quero manter uma mínima organização, a fim de ...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, eu repito o pedido do meu recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) – Então, ainda sobre o primeiro assunto, concedo a palavra à nobre Deputada Laura Carneiro e, em seguida, ao nobre Deputado Max Rosenmann.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, ainda é sobre o primeiro assunto. Só quero fazer um apelo ao nobre Relator e vou explicar o porquê. Se eventualmente o Relator entregar, e S.Exa. até pode entregar dia 12 ou 13, iremos pedir vista e o nosso prazo continua sendo o dia 18. Só que devemos nos lembrar de que nós, Deputados, além disso, temos como prazo dia 15, portanto, sábado, que significa dizer dia 14. Então, iremos ter uma semana mais prejudicada, porque temos um prazo, se não dia 14, dia 17, tudo junto, e teremos o prazo de apresentação das emendas do PPA e de apresentação das emendas individuais, de apresentação das emendas de bancada e da apresentação de emendas de Comissão. Então, imaginem como iremos ficar: todos doidos. Por isso é um apelo para não deixar de ser dia 11.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Não, não. É para não deixar de apresentar dia 11.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) – Com a palavra o nobre Deputado Max Rosenmann.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN – Sr. Presidente, sobre o assunto que estamos discutindo quero ratificar aqui que foi muito positiva essa discussão. Porque acabou permitindo que nos comprometêssemos numa data e num calendário, coisa que não estava acontecendo com a simples prorrogação. Mostramos que o diálogo sempre tem dado a luz. Tive extrema dificuldade na última reunião, que não foi presidida por V.Exa., com o Deputado Arlindo Chinaglia, na qual tivemos uma discussão forte exatamente por falta dessa flexibilidade que V.Exa. está permitindo. Então, eu fiz uma intervenção, eu quero ver se eu compreendi. Eu acho que vamos concorrer todos num esforço para terminar dia 18, tendo aquele



prazo que V.Exa. colocou só como uma reserva técnica. Então, obedecendo a sugestão da Deputada Laura Carneiro, de que dia 11 seja distribuído, acho que todos nós dessa forma estamos satisfeitos, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - O último inscrito nesse ponto é o Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Eu queria submeter aos meus nobres pares a opinião do Presidente. Vamos saber se o Relator pode entregá-lo no dia 11 e depois daremos esse espaço como foi acordado aqui. Se ele concordar, então ficaríamos todos felizes para sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Estamos todos então felizes para sempre, se bem que sempre um novo problema surge, a gente também não pode se empolgar tanto, mas é bom viver o momento. Então, em princípio, o nosso Relator diz que, pelo ritmo dos trabalhos, é possível apresentar no dia 11. Nós ficamos com esse calendário e com a chamada reserva técnica, com a qual todos concordamos. Então, feito esse acordo de procedimento, eu indago aos Parlamentares se há necessidade da leitura das atas do dia 21 e 27 de outubro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Presidente, requeiro a V.Exa. a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Dispensa da leitura, então, por solicitação da Deputada Laura Carneiro. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovadas as duas últimas atas das duas últimas reuniões. Então, agora, atendendo a questão de ordem do Deputado Robson Tuma, informo que esta audiência pública decorre da aprovação, no dia 18 de setembro, do Requerimento 96/03 de autoria do Deputado Arlindo Chinaglia, cuja finalidade é ouvir os Srs. Luiz Roberto Silveira Pinto, Presidente da SAMCIL, de São Paulo, Fernando Moredo, Presidente do Centro Transmontano de São Paulo, e Ricardo Silveira de Paula, Presidente da Saúde ABC Convênios Médicos e Hospitalares, sobre as atividades das empresas que presidem. Eu esclareço ainda à CPI que uma das motivações, até onde eu estou informado, que levou o Deputado Arlindo Chinaglia, que não está aqui conosco para poder inclusive explicar em mais detalhes a solicitação dessa audiência pública, foi o fato de que essas 3 empresas que eu



acabo de citar estão sob direção técnica da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Sendo que duas, pelo menos, por documentos que recebemos da Agência Nacional, já passaram também pela chamada, não a chamada direção técnica, mas também a direção fiscal, que são as empresas ABC e SAMCIL; a terceira não tenho a informação, com certeza, se já passou por esse processo também. Então, o nosso objetivo é ouvir os 3 depoentes. Antes de ouvirmos o primeiro depoente, que é o Sr. Luiz Roberto Silveira Pinto, a quem convido a tomar assento à mesa e cumprimento. Solicito aos Srs. Fernando Moredo e Ricardo Silveira de Paula que acompanhem o nosso segurança da Casa para que aguardem. Essa primeira parte do depoimento em outra sala, já que o depoimento dos 3 diretores, que aqui estão, tem relação entre as empresas. Por isso, solicito esta medida: que os Srs. Fernando Moredo e Ricardo Silveira, por favor, acompanhem o nosso segurança para ficar numa sala ao lado. Pela ordem, concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro e depois ao Deputado Robson Tuma.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Presidente, o senhor sabe que eu sou brigona, mas sabe também que eu sou regimentalista até o último fio de cabelo. Morro de preocupação, porque já passei por isso várias vezes, como o Deputado Robson Tuma, na CPI do Narcotráfico, e me sinto na obrigação de dizer a V.Exa que estamos cometendo um erro. Se a sessão é de audiência pública, ela não é uma sessão de depoimento; ela é uma sessão de audiência pública, em que a pessoa convidada vem falar sobre alguma coisa, o que é diferente de uma sessão de depoimentos, de interrogatório. Então, eu morro de preocupação, porque V.Exa. disse que 2 não podem ouvir. Eu até entendo que esse é o objetivo, mas ela não foi convocada dessa maneira, só para avisar para depois a gente não ter...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Eles foram convocados como testemunhas, Deputada Laura?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Como testemunhas. Então, a nossa audiência está errada, não é audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Exatamente, tem toda a razão, V.Exa. O Presidente, às vezes, se confunde com os nomes. Nós, na verdade, vamos fazer uma oitiva de três testemunhas. Deputado Robson Tuma.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, óbvio que eu ia me referir ao requerimento, porque foi um requerimento de convocação. Portanto, não é uma audiência simples, é uma audiência em que eles estarão, inclusive, sob juramento e sob penalidades legais de não mentir, de não atrapalhar as investigações da Comissão. Enfim, todas as outras regras legais que eu acho que inclusive devem ser ditas a eles, mesmo porque eles também têm o direito de se calar para não se auto-incriminar, desde que declarem que aquela resposta possa auto-incriminar. Mas existe uma convocação. E tendo uma convocação, uma motivação. A CPI é clara: ela tem a finalidade de investigar denúncias. V.Exa. coloca que houve, pelo menos, em todas elas, a gestão de direção técnica e, em duas delas, a direção fiscal por parte da Agência. A questão que formulo a V.Exa. é: o que a Agência encaminhou para esta Comissão a respeito dessas administrações que fizeram sobre as irregularidades encontradas nessas administrações sejam elas de forma técnica, seja de forma fiscal, ou se encaminharam que nada disso foi encontrado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Robson Tuma, nesse momento, eu não tenho como responder a V.Exa. essa preocupação que levanta. Agora, nós podemos, tanto voltar a esse tema, num segundo momento, como podemos, inclusive ainda requisitar — porque nós fizemos um requerimento que eu lembro bem de caráter geral sobre todos os processos de direção técnica e fiscal da Agência Nacional de Saúde Suplementar; então, ali, provavelmente, existem dados a esse respeito — mas nesse momento eu não tenho como lhe dar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A pergunta que formulo a V.Exa é muito simples. Se não houver uma denúncia, ou alguma coisa, já que foi investigado pela Agência, com subsídios, por que vamos perguntar e por que convocamos? Alguma coisa tem que ter tido essa motivação; não estava presente na sessão do dia 18, porque estava em viagem oficial; porém, temos que ter alguns dados que são importantes. Então, peço a V.Exa. que — obviamente, vai dar aí nesses 20 minutos em que o Sr. Luiz Roberto Silveira Pinto, que parece ser parente do Sr. Ricardo Silveira de Paula, porque são os 2 Silveiras — peça à Assessoria da Comissão, que tem trabalhado com tanta eficiência e tem colaborado, contribuído, inclusive me ajudou muito nos momentos em que eu tive a honra de substituir o nosso Deputado



Ribamar, na Relatoria, para eles nos ajudar a saber se existe. Eles já devem ter visto alguma coisa. Se não houver, que sejamos corretos o suficiente para dizer que não tem. Vamos matar as nossas curiosidades sabendo que não há irregularidades encontradas, pelo menos pela Agência. Pode haver o grave também de encontramos aquilo que a Agência não conseguiu encontrar. Então, era isso que eu queria pedir a V.Exa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Pois não, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, jamais padre, eu sou um fiel respeitador do Regimento. A Deputada Laura tem razão, Sr. Presidente, houve uma falha técnica aqui, nós precisamos agora tomar cuidado. Quer dizer, está convocado para audiência pública; não podemos, na audiência, transformar em oitiva; ou é mantida a audiência, ou então temos que marcar uma outra reunião para fazer oitiva. A convocação foi para a audiência. A própria pauta foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Mas aí é que é o problema. V.Exa. tem razão, Deputado Arnaldo. Houve um problema só na pauta. Mas o requerimento que está aqui na minha mão, que foi votado por nós, é claro: foi de convocação. E a correspondência que eles receberam desta CPI foi de convocação. Então, o que há é um erro no espelho da nossa reunião de hoje, que utilizou o termo errado ao colocar como audiência pública na pauta. Mas a própria audiência pública poderia ser transformada numa oitiva também.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não, Sr. Presidente. É o contrário. A audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Eu solicito aos nossos colegas, se temos acordo para seguir adiante a nossa oitiva das 3 testemunhas, que nós passemos então. Eu convido o Sr. Luiz Roberto Silveira, Presidente da SAMCIL, a, por favor, prestar o juramento em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, se o depoente tiver advogado e quiser que o advogado o acompanhe, o Regimento assim o permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Sem dúvidas. E ele está informado disso. Se não está, eu lhe informo, como Presidente, que pode ser acompanhado pelo seu advogado. Em conformidade com o art. 210, do Código de Processo Penal, advirto o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal. *“Art. 342. Fazer afirmação falsa ou negar, ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, em processo judicial, policial ou administrativo ou em juízo arbitral. Penal reclusão de 1 a 3 anos e multa”*. Então, concedo a palavra ao Sr. Luiz Roberto Silveira Pinto, pelo período de 10 minutos, caso queira fazer uso da palavra antes de responder as indagações dos Srs. Deputados.

O SR. JOSÉ ROBERTO MAZETTO - Sr. Presidente, pela ordem. Voltaram no tema da problemática da convocação. Tenho ela aqui e refere que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - V.Exa., por favor, se identifique.

O SR. JOSÉ ROBERTO MAZETTO - Sou o advogado do Dr. Luiz Roberto. O meu nome é José Roberto Mazetto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Só um minuto, doutor, só um minuto. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ ROBERTO MAZETTO - Pois não.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Pois não. É o esclarecimento de uma dúvida. Nós vamos abrir a palavra para o senhor, que pediu o esclarecimento.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Questão de ordem, Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Esse fato aconteceu na Comissão do Narcotráfico várias vezes. Foi motivo, inclusive, de interferência e de, obviamente,



interpretações do Supremo e da própria Casa, da Comissão de Justiça. O advogado tem o direito ao questionamento, questão de ordem, por escrito. E o Presidente defere ou não o seu posicionamento e, é claro, o direito de os Parlamentares falarem. Não há aqui nenhum tipo de ação contra ação do advogado. Porém, o advogado não tem o direito de tribuna. Em não tendo o direito de tribuna e respeitando a sua ação, é claro, o que eu acho, para mantermos a tradição da Casa, é que o advogado possa ir aí falar com V.Exa. e V.Exa. defira ou não. Essa é uma questão de praxe. Nós aqui, no momento, estamos falando em tese de empresários, em tese, em homens de bem. Mas o que nós podemos correr o risco é que isso vire uma praxe como a do narcotráfico, que nós teríamos aqui um horror de trabalho e não conseguiríamos trabalhar de forma alguma. Então, só para que se mantenha a praxe daquilo que foi já discutido e dando, é claro, o direito ao nobre advogado, que ele faça essa questão, já que não a fez por escrito, mas que faça a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Bom, nós vamos...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Posso auxiliar V.Exa.? Houve uma decisão nova do Supremo, depois da CPI do Narcotráfico, na CPI dos Combustíveis, que permite o esclarecimento de dúvidas, se o Presidente entender que o advogado pode falar no microfone. Essa é uma decisão pós-CPI do Narcotráfico, já na CPI dos Combustíveis.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu desconhecia. Então, retiro a minha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Então, para apressar a nossa sessão da CPI, nós vamos ouvir o advogado oralmente, evidente se isso for algo rápido. Se a questão for um pouco mais longa, nós vamos optar por um outro caminho. Mas, pelo menos, nesse primeiro momento, vamos ouvi-lo.

O SR. JOSÉ ROBERTO MAZETTO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Só voltando nessa questão da discussão da convocação: da convocação: para que finalidade os 3 foram convocados. A convocação do Dr. Luiz Roberto diz claramente que é para uma audiência pública. Não há, em momento algum, no ofício,...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - O senhor pode ler, por favor?

O SR. JOSÉ ROBERTO MAZETTO - Posso ler sim: *“Em conformidade com o disposto no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, inciso II, do art. 36 do*



Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e em função da aprovação do Requerimento 96/03, de autoria do Deputado Arlindo Chinaglia, em reunião realizada no dia 18 de setembro de 2003, esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoca V.Sa. a comparecer à reunião de audiência pública a ser realizada no dia 4 de novembro, terça-feira, às 14 horas". Aqui está convocada, mas diz que é audiência pública, não diz que é sob testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Só para que a Presidência entenda. V.Exa. está querendo reivindicar alguma alteração na condução dos trabalhos ou só fez essa fala para fazer...

O SR JOSÉ ROBERTO MAZETTO - Não. Em função da discussão anterior, da problemática de ser convidado ou que seja testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - V.Exa. está reivindicando perante esta Presidência, em nome do seu cliente, alguma alteração na condução dos trabalhos que o Presidente havia proposto ou não?

O SR. JOSÉ ROBERTO MAZETTO – Não. Eu queria, no meu entendimento, que os 3 fossem ouvidos na condição de convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) – Não. Os 3 serão ouvidos na condição de testemunha.

O SR. JOSÉ ROBERTO MAZETTO - Parece-me que aqui não houve essa prévia informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - A decisão do Presidente é que os 3 sejam ouvidos na condição de testemunhas.

O SR. JOSÉ ROBERTO MAZETTO - A decisão é dos senhores, mas está feita a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Então, esclarecido este tema, passamos a palavra, pelo prazo de 10 minutos, ao Sr. Luiz Roberto Silveira Pinto.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, senhoras e senhores, meu nome é Luiz Roberto Silveira Pinto. Eu sou médico e fui fundador da SAMCIL, em 1960, e sou até hoje seu Presidente. Em atenção à convocação de V.Exas., procuramos colocar nessas fichas aqui algumas coisas. Então, o Requerimento nº 96/03, que nos solicitou, em atenção a eles,



gostaríamos de falar sobre o nosso histórico, o que é a SAMCIL hoje, a direção técnica, decretada pela ANS — porque houve, pelo que achamos, as reclamações do PROCON, um dos itens da convocação, o relacionamento entre Saúde ABC, Transmontano e SAMCIL. (*Segue-se exibição de imagens.*) A SAMCIL foi a primeira empresa, no Brasil, e em São Paulo, a criar planos de saúde. O primeiro contrato nosso foi assinado em dezembro de 1960 com o Dr. Paulo Machado de Carvalho, que era Presidente das Emissoras Unidas, na ocasião. O grande inspirador nosso foi o Prof. Alipo Correa Neto, nosso professor de cirurgia na Escola Paulista de Medicina e na USP; e ele foi Presidente do Conselho de Administração da SAMCIL nos seus últimos 25 anos de vida. O Prof. Alipo era também Presidente do Partido Socialista Brasileiro. O objetivo da SAMCIL, desde que foi criada, é prestar um serviço médico resolutivo, com foco na prevenção, com elevado padrão de qualidade a preços acessíveis às classes de baixa renda. O nosso foco são as classes C e D, que procuramos atender, procurando, assim, também, aliviar a grande pressão que existe desses usuários nos hospitais públicos. Em 1966, o então Ministro Prof. Roberto Campos, pela primeira vez, em alguma legislação no Brasil, foram citados os planos de saúde. Isso se deu no Decreto Lei nº 73, de 1966, que cria o seguro de saúde no Brasil e cita planos de saúde no seu texto. Ao final, constava o seguinte: *“Essa lei será regulamentada em 90 dias”*. Essa lei deveria ser regulamentada em 90 dias; o Prof. Campos nos sugeriu que fizéssemos uma viagem e trouxéssemos subsídios para regulamentação dessa lei; nós fizemos isso, na ocasião visitamos 22 países, a nossa custa, mas com uma facilidade muito grande que nos foi proporcionada pelo Itamaraty e pelo Ministério do Planejamento de manter contato nesses países com os diversos planos de seguro-saúde para ver o que havia nesses lugares para podermos trazer, como subsídios, para essa regulamentação no Brasil. Os 90 dias terminaram. Nós fizemos o trabalho junto com a HIDROSERVICE, com o engenheiro Maksoud, em São Paulo, apresentando tudo para que houvesse, então, a regulamentação no Ministério do Planejamento. Mudou o Governo, mudou o Ministro do Planejamento, e a lei não foi regulamentada. Veio a ser regulamentada em 1998, quando houve a regulamentação da lei e a criação da Agência Nacional de Saúde. É claro, senhores, que, nesses trinta e tantos anos, era uma atividade pungente e necessária ao País, que vinha se



desenvolvendo muito. Nós tínhamos, naquela ocasião, já haviam alguns milhões de pessoas que eram atendidas por planos de saúde no Brasil todo e não havia nenhuma regulamentação. Apareceram, então, empresas operadoras boas, empresas operadoras ruins, algumas sérias e algumas formadas por aventureiros à cata de ganhos fáceis. Hoje, a SANCIL é o maior plano da cidade de São Paulo. Nós temos 319 mil beneficiários e existem outros 110 mil, que são causa de um litígio na região do ABC. Nós somos auditados e somos aprovados todos os anos pela ISO 9001. Em pesquisas que fazemos, periodicamente, há 85% de satisfação entre os nossos beneficiários; 85% dizem que o plano é ótimo ou muito bom. Temos a maior rede própria que qualquer operador de plano de saúde tem no Brasil: 7 hospitais próprios, 2 prontos-socorros, 2 PA, Pronto Atendimento, e 20 centros médicos. Tudo isso em São Paulo. Procuramos efetuar, para redução de custos, para melhor controle e para manutenção de qualidade, a maior parte do nosso atendimento na nossa rede própria: nos nossos hospitais e nas nossas unidades de atendimento. Essa é a média mensal do que fazemos: 4 mil internações, 350 mil partos, 30 mil atendimentos em prontos-socorros e assim por diante; ações de medicina preventiva etc. que nós fazemos. Existem equipes das mais conhecidas em São Paulo que nos atendem, atendem em nossos hospitais e os nossos associados. Os hospitais próprios são: Hospital Pan-Americano, que inauguramos em 1972, no Alto de Pinheiros, um hospital de muito bom nível que tem 110 leitos; o segundo hospital é o Hospital e Maternidade Modelo, que é um hospital que, junto com os 450 anos da cidade de São Paulo, está fazendo 50 anos de sua inauguração. Nós pretendemos divulgar isso, porque eu acho que, para nós, a manutenção de um hospital como o Hospital Modelo, com qualidade técnica, durante 50 anos, é motivo de orgulho. O Hospital Modelo foi inaugurado durante as festividades do 4º centenário de São Paulo. Esse é o Hospital São Leopoldo, que temos na Avenida Santo Amaro, atende a todos os nossos associados da Zona Sul. E esse é o Hospital Vasco da Gama que atende aos associados, preferencialmente, da Zona Leste. Esse hospital foi inaugurado em outubro de 2002. Portanto, agora, muito recentemente. Essa associação foi fundada em 1892. É o mais antigo centro da coletividade portuguesa, ainda existente em São Paulo, a Sociedade Vasco da Gama. E existem esses 3 hospitais na região do ABC, que são nossos. São de propriedade da SANCIL —



Santo André, Pereira Barreto e Mauá —, mas estão alugados a uma outra operadora. Estão alugados. Todos os nossos hospitais são certificados, um por um, pela ISO 9002. Vinte e cinco por cento da nossa ocupação não é de associados da SANCIL. É de associados de seguradoras como BRADESCO, Sulamérica, Marítima e Amil. São seguradoras que preferem ser atendidas nos nossos hospitais. Os nossos hospitais têm uma característica que procuramos manter muito, que é a seguinte: eles dão uma boa qualidade de atendimento técnico sem luxo. Não existe luxo. Não são hospitais considerados 5 estrelas, mas que atendem e resolvem muito bem os casos. A nossa ocupação média é de 90%, o que não é o desejável. A média num hospital seria em torno de 85%. Nós temos 90%. Mas como a infecção hospitalar, quer dizer, o vírus a 5%, o que é um índice muito bom. O único plano de saúde no Brasil que tem a ISO 9001 é a SANCIL e esse certificado foi concedido por essa empresa suíça, SGC. Atualmente, estamos num processo de renovação desses certificados. Nós mantemos um *call center* 24 horas, com 80 posições no nosso no edifício sede, na Praça da República, que atende 24 horas, orientando a todos os associados. Mantemos também ambulâncias e unidades. Essa foi uma coisa que fizemos não só para melhorar o atendimento como também para reduzir o período de internação. Quer dizer, qualquer associado nosso pode telefonar, falar com o médico e, se for o caso, o médico envia o médico em casa, ou a enfermeira em casa, ou o massagista ou o fisioterapeuta para atender em casa. Isso tem 2 motivos: melhorar a qualidade do atendimento e reduzir custos de atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Tens mais 3 minutos.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Pois não. Temos o atendimento médico 24 horas, que tem sido elogiado como essa matéria da *Gazeta Mercantil*, de 23 de setembro último. Na medicina preventiva, nós efetuamos essa quantidade de procedimentos, mantemos centros de referência em endocrinologia, cardiologia, atendimento multidisciplinar, vacinação, acompanhamento 24 horas de pacientes com patologias crônicas. São coisas que foram criadas no sentido de melhorar a qualidade e reduzir custos no atendimento. Temos um programa de medicamentos SANCIL, que dá, em determinados locais, 50% de desconto para pacientes associados nossos. No patrimônio humano nosso, temos hoje 2.420 colaboradores diretos, 500 médicos, a maioria deles trabalhando nos hospitais, em regime de



plantão ou nas unidades, em regime de CLT, 4.200 operadores indiretos. Nesse número, estão incluídos cerca de 1.200 outros médicos que atendem em seus consultórios como credenciados. Mantemos 3 mil corretores. Então, com seus familiares, temos um total de 28.860 pessoas que são vinculadas à SAMCIL. Como benefícios — esse é um programa do qual nos orgulhamos muito — nós pagamos estudos de 2º grau e universitário para os colaboradores. No momento, existem 223 colaboradores estudando, fazendo faculdade ou curso de 2º grau — a maior parte é faculdade. E a SAMCIL é que participa no pagamento dessas coisas. Os colaboradores são os funcionários registrados, CLT. Bom, têm direito a seguro de vida, vale-refeição, e há um programa de participação, resultados e de carreira, que eu acho muito importante, que estimula muito os nossos colaboradores. Na interação preço/quantidade, todas essas medidas de medicina preventiva, de atendimento domiciliar etc. visam sempre melhorar a qualidade e reduzir o preço. Nós nos orgulhamos em ter os preços dos mais baratos entre as operadoras de saúde, procurando manter a qualidade, mantendo os nossos hospitais de boa qualidade, e manter um preço que seja o melhor que eu saiba da região. Isso daqui mostra matérias publicadas. Essa foi no *Jornal Agora*, recentemente, que mostra que a melhor opção de planos de saúde para idosos é a SANCIL. Houve essa outra matéria publicada no jornal *A Tarde*, em outubro, que mostra que o melhor convênio para pessoas de idade, em relação preço/qualidade, é a SANCIL. Esse é o preço médio que nós cobramos para pessoas com mais de 70 anos, constantes daquela reportagem. Então, a SANCIL hoje, o preço da nossa mensalidade seria, para pessoas de 70 anos, 236 reais, que é bem abaixo de outras operadoras que cobram 14%, 22%, 26%, 28%. Isso é obtido devido à aplicação de todos aqueles fatores que nós mostramos. Como investimentos, nós investimos, nos últimos 12 meses, 20 milhões de reais que foi a inauguração do Hospital Vasco da Gama, a inauguração do pronto-socorro Infantil do Hospital São Leopoldo, em Santo Amaro, 4 Prontos Atendimentos novos em Itaquera — São Miguel, Guarulhos e Osasco —, inaugurados nos últimos 12 meses, 6 novos centros médicos, treinamento de colaboradores e contratamos 769 novos colaboradores diretos e 1.270 indiretos. Isso são ações sociais que nós desenvolvemos, por exemplo, nessa campanha da Associação Minha Rua. Essas ações sociais todas de adotar crianças de orfanatos,



dando de graça a essas crianças assistência médica. Mas a nossa programação é de adotar agora, neste ano — aquilo ali é um programa-piloto —, mas a intenção é adotar 1.500 crianças carentes nessa situação, dando a elas atendimento gratuito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Vou pedir para concluir, por favor. Mais um minuto.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Pois não. Em apoio à cultura etc., por exemplo, esse filme agora do Padre Marcelo, nós somos co-patrocinadores. Todos os nossos associados têm ingresso gratuito. Esse aí é um outro programa. É mostrando o apoio que a empresa procura dar à cultura e ao lazer. Isso aqui é uma peça que está passando em São Paulo em que a SANCIL é co-patrocinadora. A direção técnica foi decretada na SAMCIL, pelo que nós ouvimos dizer, nós não sabemos exatamente o motivo. Mas dizem o seguinte: que nós compramos muitos planos nos últimos anos. Realmente. Há 40 anos atrás, nós já comprávamos mal. Planos iam mal, colegas não conseguiam tocar o plano, nós comprávamos e dávamos atendimento. Isso nós viemos fazendo. Por exemplo, esses últimos planos aqui, Transmontano, nós administramos, até dezembro de 2002. Compramos SAMP, UNICOR, SL Saúde, Vasco da Gama, SIM e Jardins. A ANS, uma das coisas que diz é que nós não cumpríamos exatamente com todas as coisas que nós deveríamos ter cumprido de comunicações, etc. etc. Nós achamos que já cumprimos, mas ainda são coisas que estão sendo esclarecidas. A direção técnica está lá, o próprio diretor técnico já nos disse que está satisfeito e que deve parar logo com a direção. Então, nós achamos que isso vai terminar e não existe nenhum motivo para que continue. Os motivos da direção técnica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - O seu tempo está esgotado, senão nós vamos ter problemas aqui. É evidente que, se o senhor quiser concluir uma idéia central, pode concluir com uma idéia, mas...

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Tenho uma questão de ordem. Acho que essa é a parte central, a que mais interessa no depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - É por isso que estou insistindo com o nosso depoente, que tem que ter razão.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Eu pediria a dilatação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Nós vamos dilatar, mas eu quero pedir para que vá direto aos pontos, porque senão nós não conseguimos cumprir com o objetivo da audiência.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Decretada a direção técnica, depois nós fomos procurar saber o que era. E o que nos disseram é que havia isso, havia dúvidas, não tinham conseguido ainda nem assimilar planos que nós tínhamos comprado anteriormente. E realmente nós fazíamos isso por vários motivos. É óbvio que existe o interesse financeiro na aquisição de um plano, mas existe também o problema de não deixar que grupos de associados, aquelas pessoas que pagaram aquele plano tantos anos, sem atendimento. Todas esses planos que nós assumimos etc. foram feitos mais ou menos com esse sentido. A direção técnica, quando foi decretada, a Dra. Solange, que é a diretora da área que cuida de fiscalização dos planos, votou contra. Ela achou que não deveria haver a direção técnica, que deveria haver, que bastaria uma fiscalização para verificar o que estava ocorrendo no desentendimento entre as 3 empresas. Desculpe.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Foi feito mesmo (*ininteligível*).

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Consta ali naquele regulamento, consta ali naquele ofício que nós recebemos que contra a opinião da Dra. Solange, diretora da área, a diretoria colegiada resolveu que deveria fazer a direção técnica. E estão fazendo. Está lá o diretor técnico que se diz satisfeito e tranqüilo com os esclarecimentos que foram prestados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Muito obrigado. Eu quero pedir ao senhor que então nos libere aqui o espaço e que acompanhe a nossa Segurança. E nós vamos ouvir imediatamente o Sr. Fernando Moredo, Presidente do Centro Transmontano de São Paulo. Solicito a nossa Segurança que acompanhe o Sr. Luiz Roberto Silveira Pinto.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Pois não, Deputado Jamil.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Eu gostaria que ele citasse o nome completo da diretora da ANS.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) – Então, eu quero aproveitar e pedir a nossa secretária Carla que, ao final dos 10 minutos, já providencie para que o nosso depoente seguinte possa estar próximo da sala, para não perdermos tempo aqui.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Pois não, Deputado Jamil.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Já que o tempo é escasso, quero sugerir que deixasse a parte filantrópica de lado e entrasse mais ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Isso. Nós vamos avisar que vamos ser rigorosos nos 10 minutos, e o depoente vai escolher o que quer falar nos 10 minutos. Nós vamos encerrar...

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Aí vai ficar falando só da creche.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Bom, aí vai responder às nossas perguntas a seguir, não é? Por favor, o Sr. Fernando Moredo está por aqui ou não?

O SR. DEPUTADO DR. BENEDITO DIAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Pois não, Deputado Benedito.

O SR. DEPUTADO DR. BENEDITO DIAS - Eu gostaria de comunicar a esta Casa que o meu retorno, devido ao meu afastamento de... Estive afastado da CPI por quase 30 dias, por decorrência de doenças, porque eu fui submetido a tratamento cirúrgico. E estou comunicando à Presidência que eu estou de retorno à Casa para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Nós queremos lhe dar as boas-vindas, Deputado Benedito, e ficamos felizes em saber que o problema de saúde foi passageiro.

O SR. DEPUTADO DR. BENEDITO DIAS - Resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Isso, sendo positivo.

O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Pois não, Relator.



O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES - Só gostaria de aproveitar a oportunidade para saudar o Dr. Benedito e saudar também o retorno do Deputado Robson Tuma, que também, depois de longo e tenebroso inverno, resolveu retornar à nossa Casa e à CPI.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - É, Deputado. Enquanto não vem aqui o depoente... Obviamente, estive ausente por missão oficial, fora do País, mas acompanhando sempre os trabalhos da Comissão, concordando inclusive com V.Exa. quando dá a possibilidade de fazer novas audiências, mesmo depois da apresentação do seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Pois é, eu quero pedir aqui à nossa Segurança ou ao nosso colaborador, como disse o Deputado Walter Feldman, que, por favor, o próximo depoente não fique a mais de 2 quilômetros de distância da sala onde está se realizando a reunião da CPI, porque não há necessidade. Ficando na sala ao lado, vamos ter uma celeridade maior nos trabalhos.

(Não identificado) - Só para não ouvir, viu, Presidente? Só para não ouvir. Tem que avisar que não é para esconder o depoente, é só para ele não ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Isso.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Pois não. Então, o Sr. Fernando Moredo. Está aqui o Sr. Fernando?

O SR. FERNANDO MOREDO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Por favor, Sr. Fernando. E eu já solicito à nossa Segurança que, por favor, solicite também que se mantenha próximo aqui da sala de nossa CPI, de nosso plenário, o Sr. Ricardo Silveira de Paulo. Sr. Fernando, eu então convido o senhor para que preste o juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. FERNANDO MOREDO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Bom, então, em conformidade, repetindo, com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no



Código Penal, art. 342: “Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial policial ou administrativo, ou em juízo arbitral”. Pena: reclusão de 1 a 3 anos. Concedo a palavra, então, ao Sr. Fernando Moredo, Presidente do Centro Transmontano de São Paulo, por, no máximo, 10 minutos, solicitando ao senhor que, por favor, priorize de fato o que for mais importante, porque nós vamos ter que ser rigorosos no tempo de 10 minutos. Agora, são 15h47min.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, a faculdade de, se tiver advogado, fazer-se acompanhar dele, V.Exa. não deu ao depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Isso. V.Sa. quer se fazer acompanhar de advogado? Ele pode estar ao seu lado durante o depoimento.

O SR. FERNANDO MOREDO - Eu não tenho advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Muito bem. Então, o senhor está com a palavra.

O SR. FERNANDO MOREDO - Bem, veja bem, talvez eu não gaste o tempo mais do que 2, 3 minutos, porque, na realidade, como é a primeira vez que eu venho a uma CPI, vou apenas falar algumas coisas sobre a Transmontano, depois da minha pessoa. É o seguinte: o Centro Transmontano foi fundado em 28.05.32. Portanto, tem 71 anos. E é uma assistência médica sociocultural recreativa. Então, ela não é só uma assistência médica. Ela tem outros departamentos. E eu sou um associado. Não sou um executivo da empresa. Sou um associado, como mais 36 mil outros, em que pago religiosamente minha contribuição mensal, para receber, entre outras coisas, assistência médica. É uma entidade de princípios da colônia portuguesa. E, no seu quadro associativo, não só são portugueses. Há hoje, mais ou menos, uma mescla. Mais ou menos, eu diria qualquer coisa de 50% de origem portuguesa e os demais de outras origens. Eu vim parar no Centro Transmontano mais ou menos em meados de 96, quando houve um grande tumulto no Centro Transmontano em face de a antiga Diretoria ter feito um aumento muito grande das mensalidades. Aí, os associados, inconformados, chegaram a invadir a sede, e eu, como, na época, já era Conselheiro, fui chamado, formado que sou em Administração de Empresas, para analisar as contas e ver o que podia ser feito. E, daquele dia em diante, comecei a me engajar num trabalho de uma forma totalmente



gratuita. E, aí, em novembro daquele mesmo ano, fui nomeado gestor financeiro da empresa Centro Transmontano, para fazer exatamente o pagamento das contas, que eram vultosíssimas. Na ocasião, nós devíamos 55 milhões e 650 mil reais — portanto, hoje, qualquer coisa de 55 milhões de dólares. Aí, fiquei durante 8 meses, aproximadamente, como gestor financeiro. O meu trabalho, o pessoal gostou. A Diretoria foi toda demissionária. E eu fui eleito Presidente de uma Junta Governativa, a qual presidi aproximadamente durante 18 a 20 meses. Passado esse tempo, fui eleito Presidente da entidade, que, de acordo com o estatuto, é eleito a cada 4 anos, podendo ser reeleito uma única vez. Agora, em abril deste ano, fui reeleito pela segunda vez. Então, o meu mandato, então, até abril de 2007. Fora isso, Sr. Presidente, eu gostaria que o que os senhores precisassem me perguntassem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Muito bem. Nós vamos entrar na fase das perguntas ao final com os três, para poder dar conta do nosso calendário de atividades de hoje. Então, quero agradecer, por ora, ao Sr. Fernando. Pedir que ...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu não ouvi na exposição dele... A dívida, hoje, ele falou e eu não...

O SR. FERNANDO MOREDO - Não hoje. Na época, era de 55 milhões e 650 mil reais. Aproximadamente 55 milhões de dólares, porque 7 anos atrás. Hoje, zero.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele não falou da intervenção da ANS, principal razão pela qual ele foi convocado. Ele não falou.

O SR. FERNANDO MOREDO - É. Veja, eu tenho uma intervenção e eu confesso que eu também não sei por que eu tenho intervenção. Eu não sei .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Bom, mas nós vamos ter o período de questionamentos.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Por favor, e o relacionamento dessa empresa com a SAMCIL, existe? Como é esse relacionamento?

O SR. FERNANDO MOREDO - Veja, é o seguinte: eu tenho um histórico muito grande sobre isso, porque tudo aconteceu durante a minha gestão. Em novembro de 96, realmente, as contas do Transmontano eram catastróficas. Nós tínhamos 420 títulos protestados no mercado e não nos restava outra saída senão procurar uma terceirização. Então, o Transmontano não tinha crédito no mercado, os



hospitais não atendiam os nossos associados e nós contratamos a SAMCIL, que, entre outras empresas, acho que foi a que apresentou a melhor proposta para administrar o nosso plano de saúde. Na época, ou seja, 1º de dezembro de 96, nós tínhamos, nesse mês, 120.800 associados. Seis anos depois, quando terminou o contrato SAMCIL, nós tínhamos 39 mil a 40 mil, aproximadamente. Eu não tenho números exatos aqui, mas é entre 39 mil e 40 mil.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Aí encerrou?

O SR. FERNANDO MOREDO - Não. Não é que encerrou o relacionamento. Nós tínhamos um contrato com prazo determinado: impreterivelmente, 1º de dezembro de 2002. O nosso contrato... Inclusive, temos até uma sentença judicial, uma tutela antecipada — eu tenho aqui a cópia da liminar e, se for necessário, os senhores ficam com uma cópia —, na qual há um despacho de juiz em que o Centro Transmontano está liberado para administrar, por conta própria ou de terceiros, o plano de saúde a partir de 1º de dezembro de 2002.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Um esclarecimento, Sr. Presidente.

O PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Eu quero solicitar aos Deputados que nós ouçamos a terceira testemunha. Depois, vamos estar com os 3 aqui, vamos poder fazer perguntas cruzadas, à vontade, as inscrições estão garantidas. Eu acho que isso funcionará melhor dessa forma. Eu agradeço, por ora. Peço que acompanhe a nossa Segurança, o nosso colaborador da área de segurança. Quero, então, convidar o Sr. Ricardo Silveira de Paula a tomar assento aqui conosco. Deputado Max, só um minuto para o nosso depoente poder ocupar, ali, a cadeira. O Sr. Ricardo Silveira de Paula é Presidente da Saúde ABC Convênios Médico-Hospitalares, toma assento conosco. Solicito que preste o juramento, em atendimento ao art. 203.

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Em conformidade com art. 210...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, se o depoente tiver advogado, fica liberada a presença do advogado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Já é automático nós incluirmos a lembrança do Deputado Arnaldo para todos os casos, que ele sempre... Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal, art. 342: "*Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial policial ou administrativo, ou em juízo arbitral*". Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa. Com a palavra, então, o Sr. Ricardo Silveira de Paula, por, no máximo, 10 minutos, a quem eu solicito rigor no tempo e prioridade nas questões fundamentais que interessam a esta CPI.

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Muito obrigado. Em primeiro lugar, agradeço o convite desta digna Comissão Parlamentar de Inquérito para ter oportunidade de apresentar as nossas empresas. Após uma breve apresentação, me coloco à disposição de V.Exas. Com licença, Sr. Presidente, para apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Dr. Ricardo, nós temos um problema. Eu sugiro que V.Sa. faça uso da palavra e coloque informações que considere importantes, enquanto alguém providencia o eventual funcionamento do equipamento. Nós já temos, aí, 2 minutos do tempo transcorrido.

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - O que nós queríamos mostrar é a nossa empresa, o Grupo Saúde ABC. Na realidade, ele atua principalmente na região do Grande ABC e no litoral paulista, cobrindo hoje 170 mil vidas. Nós temos hoje perto de 750 empresas clientes, pessoas jurídicas. Nós atendemos, entre elas, Valisère, Metal Leve, Firestone, COOP, várias empresas de expressão, além da regional, de expressão nacional. Nossa meta de crescimento agora até 2007 é para 300 mil vidas. Poderia mostrar para os senhores as imagens, mas, na realidade, nós temos hoje... Estamos mudando. Ele foi fundado em 95, é dirigido por um conselho e por mim. Nós temos uma experiência de 27 anos já no setor de assistência médica e agora... Tínhamos grande experiência na administração hospitalar, e agora, com a empresa com 8 anos, ela apresenta um crescimento bastante grande, sendo a primeira empresa na região do ABC e a 10ª empresa de acordo com a classificação da ABRAMGE — Associação Brasileira de Medicina de Grupo. Nós temos os



hospitais e os centros médicos próprios. Nós temos 2 hospitais na região: Hospital Santo André e Hospital São Bernardo...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Questão de ordem, Sr. Presidente. É claro que a pessoa que está expondo está preocupada com a não-projeção. Vamos lhe dar 5 minutos para ele tentar viabilizar, porque ele não está se colocando à vontade. Constantemente, ele tem de se dirigir à tela e mostrar o que está falando. Ele está sendo prejudicado. Acho que seria possível 5 minutos até que o técnico resolva essa questão.

(Não identificado) - Dois minutinhos. Só está resetando.

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Quem é o nosso técnico aqui que está...

(Não identificado) - Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Está aqui?

(Não identificado) - Está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Então, eu quero ouvir a palavra do nosso técnico. Nós temos uma expectativa de em poucos minutos funcionar o equipamento?

(Não identificado) - Dois minutos para saber se vai funcionar ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Nós vamos suspender, então, por 3 minutos.

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Nós temos alguma expectativa de funcionamento?

(Não identificado) - Já está sendo solucionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Já temos condição de...

(Não identificado) - Só falta colocar a placa no aparelho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Quero, então, convidar o Sr. Ricardo a tomar assento, novamente. Vamos retomar os nossos trabalhos, concedendo, novamente, a palavra ao Sr. Ricardo Silveira de Paula, Presidente da Saúde ABC.



O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Desculpem a demora. É problema, provavelmente, do nosso computador. (*Segue-se exibição de imagens.*) Então, o grupo emprega hoje 1.500 pessoas celetistas, todas da região do ABC. Temos um trabalho muito grande no sentido de privilegiar a região tanto na parte de contratação quanto na parte de compras, na parte mercadológica da empresa, valorizando, dessa forma, o habitante, levando mais investimento para a região. Acho que o principal, na realidade, era colocar isso. O tamanho da empresa: é a maior do ABC, é a décima do País, atendemos hoje 170 mil usuários, temos 2 hospitais próprios, 11 centros médicos — eles não distam dentro do Grande ABC, não existe um espaço de mais do que 2 quilômetros entre um posto de atendimento e outro, o que facilita sobremaneira o atendimento a todos os usuários. Existe um nível de satisfação, que nós acompanhamos permanentemente, muito bom. Temos hoje 86% a 87% de índice bom e ótimo dentro das nossas pesquisas, e também as pesquisas são feitas pelo Instituto Superior de Ensino de São Caetano do Sul. Nós avaliamos também o pessoal que sai da empresa, quer dizer, que deixa de ser nosso associado. E desses, 93% saem porque não têm condição de pagar, apesar de o nosso atendimento ser dirigido principalmente à classe “c” e “d”, que é um atendimento interno, um atendimento onde nós temos a gestão de todo o processo. O pessoal... Os outros 3% saem porque arrumam emprego e a empresa dá o convênio. Então, eles saem da Saúde ABC. Então, existe realmente a satisfação. Temos nos empenhado bastante em acompanhar e dar seguimento ao crescimento da empresa na região do ABC. Então, era isso. Me coloco à disposição da Presidência e dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Bem, então, eu quero convidar os nossos outros 2 depoentes a tomarem assento aqui à Mesa dos trabalhos. Fica aqui, pode ficar aqui. O primeiro inscrito é o Deputado Walter Feldman. Peço para se preparar, Deputado. Só estamos aguardando o Sr. Luiz Roberto Silveira, mais 1 minuto. Fique à vontade. Tem a palavra o nobre Deputado Walter Feldman, primeiro inscrito. Cada Deputado fará uso da palavra por 5 minutos, contanto com a flexibilidade da Presidência, quando necessário. As perguntas são para os 3 depoentes, no mesmo bloco, devido ao tempo.



O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN - Questão de ordem, Sr. Presidente. Parece-me fundamental, neste momento, que o requerente da audiência pública se manifeste a respeito — por sinal, é a norma —, para que exponha o motivo pelo qual a audiência foi requerida. Solicito à Presidência um encaminhamento, em decorrência de o nobre Deputado... Será que o Relator poderia substituí-lo, neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Primeiramente, torno pública a justificativa do requerimento, já que o autor, Deputado Arlindo Chinaglia, não está conosco, devido a um compromisso representando a Casa. Refere-se S.Exa., na justificativa do requerimento que votamos: *“As três operadoras de planos de saúde acima citadas”* — no caso, a SAMCIL, a Transmontano e a Saúde ABC — *“estão sob Direção Técnica da ANS, conforme publicado no Diário Oficial da União de 1º de setembro de 2003 e de acordo com as Resoluções Operacionais da ANS nº 169, 170 e 171, de 27 de agosto de 2003. Além disso, a Fundação PROCON/SP tem registrado número expressivo de reclamações de usuários destas operadoras de planos de saúde. Até julho de 2003, segundo a ANS, a Saúde ABC Convênios Médico-Hospitalares, com sede em Rio Grande da Serra, tinha 10.302 usuários. A Pró- Saúde Assistência Médica Ltda. (SAMCIL), com sede em Santana da Parnaíba, tinha 319.011 usuários e o Centro Transmontano, na Capital, 57.549 conveniados. Ou seja, trata-se de importante contingente de usuários que podem estar sendo prejudicados pelas empresas. Esta CPI deve conhecer os motivos que levaram à Direção Técnica determinada pela ANS, esclarecer a relação entre as empresas citadas e discutir o aperfeiçoamento das regras para prevenir problemas nas operadoras de planos de saúde que possam trazer prejuízos aos usuários e prestadores”*. Como o autor do requerimento não está presente, não sei se o Relator quer falar antes. Se não quiser, vamos passar à ordem dos inscritos. V.Exa. é o primeiro inscrito.

O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES - Quero resumir: na realidade, o Deputado Arlindo Chinaglia quer saber qual o motivo da intervenção técnica. S.Exa. quer ouvir essa explicação por parte das operadoras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Tem a palavra o nobre Deputado Walter Feldman.



O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN - Tivemos acesso, há 10 minutos, ao voto da Diretora de Normas e Habilitação das Operadoras, Dra. Solange Beatriz Palheiro Mendes — para informação do Deputado Jamil Murad, que não sabia seu nome completo —, em que ela expõe exatamente os motivos pelos quais se deu essa intervenção, essa ação da ANS. Então, secundando o requerimento feito pelo Deputado Arlindo Chinaglia, minha sugestão é que os senhores depoentes tenham um tempo para explicar o imbróglio, o estado da arte daquilo que hoje efetivamente acontece na relação entre as 3 empresas. Essa parece ser a dúvida de todos os participantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Até para contribuir, saindo um pouco da função de Presidente, com a pergunta que faz o Deputado Walter Feldman, no fundo, esta CPI e todos os seus membros gostariam de ouvir de cada um dos senhores os motivos que foram apresentados como os motivos que levaram a essa decisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar e qual a relação, se é que existe, entre as 3 empresas. Começo ouvindo o Diretor da SAMCIL.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - A direção técnica, nós não sabemos porque ela foi implantada. Nos disseram que foi porque nós compramos muitos planos de saúde e que não... Mas a legislação... boa parte da legislação da ANS sobre o assunto de transferência de planos foi efetuada *a posteriori*. Existem planos que nós compramos e, 15 dias depois, saiu uma regulamentação de como uma operadora pode comprar o plano de outra operadora. *A posteriori*. Nós procuramos cumprir, atender a tudo isso, mas a legislação, como eu falei quando (*ininteligível*), foi feito tudo depois. A coisa já estava toda feita. Os planos de saúde já existiam durante 35, 40 anos no Brasil quando apareceu a regulamentação, e a ANS veio meio que costurando essas coisas, atendendo aos fatos à medida que iam acontecendo. Então, é provável que, no caso de algumas compras de planos, nós não tenhamos feito de acordo com aquilo que eles imaginavam que deveria ser feito. Depois, quando foram baixadas as normas, nós as atendemos. A única coisa que nós achamos que pode ter levado a ANS a fazer, a decretar uma direção técnica sobre a SAMCIL é esta: a da aquisição de planos. Os primeiros planos, nós



adquirimos em 1962, e vimos adquirindo até agora, poucos meses atrás. É uma política da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - E a relação com as outras 2 empresas?

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Nós fomos contratados pelo Centro Transmontano de São Paulo em outubro de 1996 para dar atendimento aos seus associados. Esse contrato era por 6 anos, terminou em dezembro, 1º de dezembro de 2002, quando o Centro Transmontano decidiu fazer contrato para o atendimento dos seus associados com outra operadora. Então, o relacionamento nosso com o Centro Transmontano terminou aí. Existem brigas porque nós não recebemos o pagamento referente ao último mês e não recebemos uma caução que tínhamos feito lá. Mas isso está na Justiça. Está sendo discutido na Justiça se eles devem nos pagar ou não. Nós temos consciência de que trabalhamos e não recebemos. Em relação à Saúde ABC, a Saúde ABC funcionou desde 1999, me parece, como uma nossa franquiada para atendimento dos associados na região do ABC. Deveriam nos pagar uma percentagem sobre o faturamento, 8%, e nós, para atendimento desses associados, alugamos à Saúde ABC 3 hospitais nossos naquela região. A Saúde ABC fez contrato com o Centro Transmontano, não nos devolveu os hospitais, que nós estamos pedindo que nos devolva, e também não devolveu a nossa carteira. E parou de pagar. Esse é o relacionamento nosso com as 2 empresas. A coisa está *sub judice* também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Muito bem. Vamos ouvir agora o representante da Transmontano, o Sr. Fernando Moredo. Também as mesmas 2 perguntas do Deputado Walter Feldman.

O SR. FERNANDO MOREDO - Eu escutei que os motivos da direção técnica era que nós, em julho, tínhamos 55 mil associados — é isso? — e que tínhamos dezenas de reclamações no PROCON. Dá para alguém repetir, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Na verdade, a pergunta feita, Dr. Fernando, é quais os motivos, pelo menos na sua opinião ou até onde o senhor está informado...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não, ele está pedindo...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Ele está falando do requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Eu entendi, só que, de fato, isso não é substantivo para responder à pergunta do Deputado Walter Feldman. A pergunta é objetiva, eu a faço de novo, no sentido de esclarecer. O Deputado Walter Feldman lhe perguntou, pelo menos, qual é a informação que vocês têm, que a empresa Transmontano tem do motivo que levou a ANS a adotar o regime de intervenção fiscal, que me escapa aqui o nome correto...

(Não identificado) - Direção técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Direção técnica — isso na Transmontano — e qual a relação da Transmontano com a SAMCIL ou com a Saúde ABC.

O SR. FERNANDO MOREDO - Veja, é o seguinte: nós, do Transmontano, estranhamos muito por que foi decretada a direção técnica, porque, veja, ao contrário do que a doutora da ANS, Solange, afirma — 55 mil associados —, nós temos exatamente inscritos 37 mil, em julho, e os pagantes são um pouquinho menos, 35.500, aproximadamente. Aqui tenho o relatório da contabilidade. Bom. Agora, nós temos aqui um relatório do PROCON, de São Paulo, em que nós tivemos somente, no mês de julho, uma única reclamação. E para os senhores terem uma idéia, em 10 meses de contrato com a Saúde ABC, ou seja, 1º de dezembro de 2002 até 30 de setembro, que é o último levantamento que eu tenho, nós tivemos 18 reclamações no PROCON. Então, os senhores podem perguntar-me: quais as razões da direção técnica? Eu não sei. Porque direção técnica, que eu entendo, é quando há mau atendimento. Agora, como, com esses dados, pode haver mau atendimento? Não sei. Então, Deputado Walter Feldman, não sei lhe responder exatamente nem sei se era exatamente isso que o senhor queria saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Só para um esclarecimento — desculpe, Deputado: quando encerrou esse contrato de anos com a SAMCIL, os usuários do serviço da Transmontano passaram a ser atendidos pela Saúde ABC?

O SR. FERNANDO MOREDO - Passaram a ser atendidos pela Saúde ABC, por força de um contrato novo, que começou em 1º de dezembro. Terminou SAMCIL, 1º de dezembro e começou, no mesmo instante, o outro contrato com a Saúde ABC.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Vamos ouvir o representante da Saúde ABC, o Dr. Ricardo Silveira de Paula, as mesmas duas perguntas.

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Exmo. Deputado Walter Feldman, com relação à direção técnica, existe um processo na ANS, e é um processo que nós, da Saúde ABC, julgamos muito injusto. Porque, na realidade, não há nenhuma reclamação técnica, nenhum problema de rede, que é ao que a direção técnica se devia ater, problemas na rede de atendimento, e isso não existe na nossa empresa. Quando começamos o atendimento ao Centro Transmontano, aí, sim, ele era o campeão de reclamações. Inclusive, em novembro de 2002 e nos meses anteriores, ele sempre esteve em primeiro lugar nas reclamações de atendimento. Isso cessou a partir do nosso início, em 1º de dezembro de 2002. Inclusive, tenho todo o processo aqui e quero só ler para o senhor, se o senhor me permite, um pedaço dele, em que diz a Dra. Maria Inês: *“As práticas de infração às regras sociais geralmente são combatidas pela própria sociedade, que tem condições para expurgar os desvios surgidos. Mas a prática reiterada dessas condutas sugere publicidade abusiva. Aquela que ofende a ordem pública não é ética, ou é opressiva ou inescrupulosa, pois limita-se a agredir outros valores considerados importantes para a sociedade. Se o controle social não é suficiente, o Estado deve intervir”*. Então, por isso, na direção técnica, houve uma discussão muito grande com a saída da SAMCIL, do atendimento à Transmontano e com o início do atendimento pela Saúde ABC. E a SAMCIL teve inúmeras práticas, publicando matérias em todos os jornais, ofensivas, às quais cabe, a cada uma, uma ação criminal contra a empresa, e por isso que foi a decretação da direção técnica. Em segundo lugar, com relação à relação entre as empresas, nós nunca fomos franqueados da SAMCIL. Nós atendíamos... O franqueado, acho que se depreende de alguém que recebe *expertise*, que recebe coisas, que tem propagandas em comum e tal. Nós tínhamos... nós pagávamos os *royalties* pelo uso do nome. Por um erro estratégico, nós começamos a usar o nome, até por história de saúde, SAMCIL, e achamos que seria interessante nós continuarmos com isso. Então, nós tínhamos isso, e os hospitais, de forma alguma, não fazem parte, porque eles têm um contrato de locação, por 10 anos, que estão sendo totalmente cumpridos.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, o próximo inscrito quem é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - O próximo inscrito é V.Exa. O Deputado Walter Feldman está satisfeito? (*Pausa.*) Então, concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quero saber dos 3 convidados o nome da pessoa indicada pela ANS para a direção técnica, qual o período em que essa pessoa fiscaliza e faz o acompanhamento dessa direção técnica e se recebe alguma coisa diretamente dos planos das operadoras. A segunda pergunta, faço posterior a essa.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Eu não me recordo do nome do diretor fiscal, do diretor técnico. Eu nunca cruzei com ele dentro da empresa. Sei que é um médico com conhecimentos técnicos, aparentemente. Ele visitou toda a nossa estrutura, todos os nossos hospitais. Ele tem dedicado um dia a dois por semana. Não recebemos ainda nenhuma conta da ANS para pagamento desse médico, mas sabemos que ela virá, porque sempre que há decretação de direção fiscal, de direção técnica, quem paga os custos é a operadora. Não chegou nenhuma conta ainda, mas estamos esperando que venha.

O SR. FERNANDO MOREDO - Também não conheço, não sei o nome do nomeado pela ANS, mas sei que ele está ganhando, nós já pagamos o primeiro mês.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto?

O SR. FERNANDO MOREDO - Aproximadamente 6.800 reais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto tempo de trabalho?

O SR. FERNANDO MOREDO - Na nossa empresa, ele vai, no máximo, uma vez por semana, fica entre 30 e 40 minutos, às vezes uma hora.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - 6.800?

O SR. FERNANDO MOREDO - Olha, isso é imposto pela ANS e nós somos obrigados a pagar, sob pena de, não o fazendo, sermos executados.

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. FERNANDO MOREDO - Não sei. Sinceramente, não sei. Conversei com a pessoa, me foi apresentada uma única vez. Não o vejo mais, porque meu



expediente é das 4 em diante, e ele vai em horário diferente do meu. Mas eu sei, por informações internas, que ele vai uma única vez por semana e fica de 30 a 40 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Bela direção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Saúde ABC.

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Nosso Diretor-Técnico, nomeado pela ANS, é o Dr. Rodolpho Repullo. Ele é médico, tem feito levantamento. Ele recebe, nós recebemos ofício da ANS para pagamento, é perto de 6.800 reais também. Fazemos o pagamento todos os meses. Ele comparece à empresa duas vezes por semana, por 4 horas mais ou menos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, antes de fazer a segunda pergunta, acho que nós temos que requerer da ANS qual é o procedimento que o diretor técnico tem que ter, porque me parece que é de fantasia esse diretor técnico aí. Quer dizer, alguns minutos, o outro vai duas vezes por semana. Na verdade, acabou virando cabide de emprego, a direção. O objetivo principal da ANS, que é acompanhar, fazer um relatório... Pelo que depreendi da resposta dele, nenhum dos 3 recebeu qualquer relatório nesse período em que está sob direção técnica: "*Olha, você deve fazer isso, deve fazer aquilo, deve mudar, não deve mudar*". Quer dizer, virou cabide de emprego, é lamentável. A direção técnica é totalmente despicienda. Fico chocado. Se fosse só um dos 3 que falasse isso, daria impressão de que é uma postura contra a ANS, mas a continuidade da posição dos 3 mostra que é apenas para inglês ver essa direção técnica. Na verdade, se os planos estivessem passando por dificuldade e os associados achassem que a ANS iria defendê-los, continuariam passando muita dificuldade, porque o diretor técnico não está vendo nada, não está enxergando nada, não sabe o que está acontecendo, está indo lá para levar o seu. A segunda pergunta, ainda dentro do requerimento, eu queria saber, atualmente, tomando por base os últimos 90 dias... Qual é a data do requerimento, Sr. Presidente? É o requerimento do Arlindo. Quando foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Foi aprovado no dia 18 de setembro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, no trimestre julho, agosto e setembro, se eles podem informar a esta Comissão Parlamentar de



Inquérito qual o número médio de reclamações no PROCON e qual a solução que foi dada aos seus cooperados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Luiz Roberto.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - No PROCON eu... Desculpe, não tenho isso anotado. Vou falar de cabeça, e pode ser que haja um erro, mas, se for, é pequeno. O PROCON, para o atendimento aos nossos — posso falar aproximadamente — 320.000 associados, tivemos no PROCON, nos últimos 12 meses, 32 reclamações. Dessas 32 reclamações, 10 foram atendidas, 8 não foram atendidas, porque era problema relacionado a tipo de cobertura não dada pelo contrato, e há algumas que estão ainda sendo estudadas, analisadas. Mas foram 32 nos últimos 12 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Fernando.

O SR. FERNANDO MOREDO - Sobre o PROCON, eu já disse. Nesses últimos 10 meses, depois do contrato com a Saúde ABC, nosso número de reclamações no PROCON diminuiu tremendamente. Tínhamos um número de reclamações um tanto alto, havia um certo descontentamento dos associados. Mas hoje, não. Hoje, as nossas reclamações são muito baixas. Nos últimos 2 meses, foi zero. Ou seja, tivemos um início de ajuste e talvez por isso deu 18 nos últimos 10 meses, mas viemos aperfeiçoando cada vez mais o atendimento. O atendimento está bom, pelos elogios que recebemos dos associados. Temos uma carteira muito difícil, queria aproveitar para dizer. Para vocês terem uma idéia, temos, entre 60 e 70 anos, 9.347 associados. E, com mais de 70 anos, temos 18.885. Ou seja, dos 37.515 inscritos, temos um universo de aproximadamente 28.200 que são acima de 60 anos. Então, são pessoas que usam muito o plano de saúde e, por consequência, teriam que reclamar bastante. Mas não estão reclamando. Significa que o atendimento está bom. E aí não entendo o porquê da direção técnica, que é para exatamente coibir o mau atendimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Excelência, não posso responder com absoluta certeza, mas no período que o senhor fez a requisição não temos nenhuma reclamação. Mantemos um contato muito bom com o PROCON e tentamos, nas solicitações, porque sempre há uma solicitação antes de ser



registrada a queixa, sempre há um contato do PROCON com a nossa área de atendimento. Tentamos sempre resolver aí o problema, para não... Não tem nenhuma reclamação, realmente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, uma última pergunta, apenas para o Sr. Fernando Moredo. Ele disse, no seu depoimento, que no início da sua operação com a SAMCIL ele tinha cerca de 55 milhões de dívidas. E, esquecendo essa pendência final, que não interessa para a CPI, a questão está sendo discutida judicialmente, nesse período entre o início da operação SAMCIL até o mês antes do rompimento do contrato, que era por tempo determinado, segundo deparei, o que lhe ajudou a pagar esses 55 milhões da dívida do Transmontano?

O SR. FERNANDO MOREDO - Acho que foi um contrato de parceria de comum acordo entre as partes, no qual foi feita uma projeção financeira em que conseguimos também dos credores um alongamento desse pagamento em 15 meses, totalmente sem juros e sem correção monetária. Fazia parte desse acordo de parceria uma porcentagem de 20% de *royalties* nos primeiros 30 meses e 10% de *royalties* sobre os últimos 42 meses. Total, 72 meses. O que dava uma média de 1.060%, que, dividido por 72 meses, dá quatorze vírgula sessenta e poucos por cento ao mês de contribuição, ou seja, a parte que o Transmontano ficava da arrecadação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Permite? Só um minuto, Deputado, posso? O que o senhor chama de *royalty*?

O SR. FERNANDO MOREDO - É a parte que cabe ao Transmontano na parte da administração do plano, ou seja, nós precisamos ficar com alguma coisa para administrar o plano. Então, vamos dizer, nós temos cobrança, nós temos os custos da sede, nós temos uma certa auditoria médica, nós temos cerca de 80 funcionários, enfim, então, eu chamo de *royalty*. No meu caso, seria a nossa parte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Custos, não é?

O SR. FERNANDO MOREDO - Custo. O bolo na receita total.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Quer dizer que, de cada 100 reais arrecadados...



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, uma intervenção rápida. O Deputado Robson Tuma chamou-me a atenção porque parece que o Dr. Luiz Roberto está com algum problema de saúde.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – É, eu senti. Por isso que eu fui até falar com ele.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se estiver com algum problema de saúde, têm vários médicos aqui. Eu não sou médico, mas o Tuma me chamou a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Esta fala do Deputado Arnaldo, no mínimo, lembra todo o nosso tempo... Agora, eu sugiro que hoje, se precisar de serviço médico, vamos para o Departamento Médico da Câmara que os médicos estão com estetoscópio à vista, com todo o material...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Senti gesticulações dele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Hoje nós aqui estamos em muitos Deputados para fazer atendimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu gostaria que os vários médicos que estão aqui prestassem atenção aí na compleição física do Dr. Luiz Roberto, antes de fazer a próxima pergunta. A pergunta também só é ao Transmontano. V.Exa. acabou de afirmar, agora há pouco, a preocupação em relação ao grande número de pessoas associadas ao Transmontano, na faixa de idade acima de 60 anos, e o custo do plano se torna elevado por causa disso. Qual a preocupação do Transmontano, a partir de janeiro do ano que vem, quando entra em vigor o Estatuto do Idoso, que cria uma situação especial para essas pessoas, que são o maior perfil de associados do Transmontano?

O SR. FERNANDO MOREDO - Veja, a preocupação é grande. Agora, pelo que eu estive lendo a respeito do Estatuto do Idoso, ele não vai atingir os planos antigos e, sim, os planos novos.

(Intervenção inaudível.)

O SR. FERNANDO MOREDO - Não, veja bem, a lei não retroage, segundo a interpretação dos juristas.

(Intervenção inaudível.)



O SR. FERNANDO MOREDO - Não, veja bem, eu tenho um plano anterior à Lei de 98 que não tem reajuste por faixa etária. Eu tenho que respeitar, está certo? Mas, por conseguinte, pela última decisão do Supremo, que estabelece que nós só temos que dar aquilo que está no contrato, o Transmontano agüenta a conta. O que ele não agüenta é ter que dar transplantes etc., que não estão contemplados no plano que ele adquiriu.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se ele agüenta ou não agüenta, eu não sei, mas que o Estatuto do Idoso determina, a partir de 2004, o congelamento de reajuste determina. E não é antes ou depois não, o Estatuto do Idoso é claro, precisa ler direitinho. Ele diz que, a partir de 2004, as pessoas com mais de 60 anos de idade têm congelamento dos seus reajustes.

O SR. FERNANDO MOREDO - Não, veja bem, para as pessoas com mais de 60 anos de idade no plano que elas entraram já regulamentado, essa é a interpretação. Agora, veja bem, se for para nós pagarmos tudo o que ele tem direito, o plano quebra e não dura 3 meses. Por quê? Porque eu não posso entregar um Mercedes para um sujeito que entrou num consórcio de um carro popular. Ele entrou num consórcio com um carro popular, ele vai receber um carro popular, e não um Mercedes. Para ele receber um Mercedes, tem que pagar a diferença para o consórcio porque nós trabalhamos com o sistema de consórcio. O fundo de custeio tem que ser dado por alguém. Agora, Srs. Deputados, os senhores têm que ter sensibilidade o suficiente para ver isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Agora, Sr. Moredo, isso já está aprovado, já é lei, entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2004. É bom o senhor chamar o seu Departamento Jurídico e se orientar, porque a avaliação que eu tenho é diferente da avaliação que V.Sa. está tendo e o seu Departamento Jurídico vai ter que ficar esperto.

O SR. FERNANDO MOREDO - Deputado, se isso for verdade e se a colocação for exatamente essa, quer dizer, se a interpretação for essa, eu vou lhe dizer uma coisa: o Governo vai ter uma grande dor de cabeça. Por quê? Todos os problemas vão cair em cima do colo do SUS, porque, se os planos de saúde vão quebrar porque eles não têm fundo de custeio para atender àquelas pessoas,



aqueles idosos que não podem ser reajustados, se entrarem no Estatuto do Idoso tal qual...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor leu o artigo do Estatuto do Idoso?

O SR. FERNANDO MOREDO - Eu li e interpretei da maneira que eu acabei de dizer. Ele não atinge...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor é advogado?

O SR. FERNANDO MOREDO - Não, não sou advogado, sou administrador de empresa. Eu interpretei exatamente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O senhor precisa consultar seus advogados.

O SR. FERNANDO MOREDO - Não, veja, eu já consultei, mas, além de consultar, eu também li com bastante atenção. Veja, eu acho o seguinte: é uma coisa totalmente incoerente querer fazer com que os planos de saúde, não o Transmontano só, têm centenas de planos de saúde na mesma situação... Eu citaria, como exemplo, o Classe Laboriosas que tem uma situação muito pior do que a do Transmontano. Ele quebra imediatamente, porque, veja bem, como posso absorver uma lei nova, que é aquela após 98, a Lei nº 9.656, e como é que posso absorver esses custos se eu não tenho um fundo de custeio para isso? É impossível.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu sei que o Sr. Moredo tem razão, outros planos também devem ter o mesmo problema. Nós estamos discutindo o Transmontano porque ele está aqui, quer dizer, ele está na arena. Se outros estivessem, eu estaria com a mesma preocupação. O que me chama atenção, Sr. Presidente, é que eu acho que nós devemos alertar o INSS para fazer o comunicado a todos os planos de saúde...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É saúde complementar. Que a ANS avisasse todos os planos da vigência do Estatuto do Idoso a partir de 1º de janeiro de 2004, porque parece, pelo que depreendo, que os planos de saúde não estão acompanhando o tamanho do problema que deverá ocorrer a partir de 1º de janeiro de 2004. Não quero mais fazer nenhuma pergunta a nenhum dos 3, mas



quero solicitar um requerimento a V.Exa.: que a ANS informe o nome do Diretor Técnico de cada uma das operadoras e confirme que o valor que eles estão recebendo dos próprios... Olhem o absurdo, eles pagam o cara para ir lá fazer a fiscalização. Se é verdade que pagam isso, qual o valor e que essa pergunta não seja pelos meios burocráticos normais, porque, como nós temos rapidez de tempo no nosso relatório, isso é fundamental para o nosso relatório. Nós não podemos admitir que a empresa que está sob intervenção, ela pague o cara que está indo fiscalizá-la. Isso é uma absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Eu quero acolher e sinto um ambiente aqui de apoio de todos os Deputados da CPI e quero solicitar, só para que nós formalizemos, Deputado Arnaldo,...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Deputado Madeira está solicitando um adendo e qual o período de trabalho obrigatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Eu ia sugerir — e quero pedir à nossa assessoria que auxilie a escrever este requerimento — que deve constar, conforme pedido do Deputado Arnaldo que tento aqui complementar, acolhendo a preocupação do Deputado Madeira, o seguinte: para cada empresa que está sob gerência técnica ou fiscal, qual a pessoa que está indicada para ocupar aquela função, desde quando...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não só dessas 3, eu quero ver se essa pessoa está repetindo em outras empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Isso. De todo o sistema, eu estou colocando isso para que a nossa assessoria faça o requerimento.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Só um minuto, Deputado, só para... de todas as empresas que estão sob a situação de direção técnica ou fiscal, ou que estiveram ao longo destes últimos anos, quantos meses isto dura ou durou, qual é o salário mensal dessas pessoas e a carga horária de trabalho dessas pessoas. Então, nós vamos escrever rapidamente este requerimento, vamos ouvir o Deputado...

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN - Só uma dúvida, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Só um minuto, Deputado, desculpe-me. Primeiro, o Deputado Tuma, depois V.Exa. Aí vamos passar ao próximo inscrito que é o Deputado Saraiva Felipe.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, existem aqui representantes da agência. Nós temos um tempo escasso para o termo do Relator. O trâmite, obviamente, ele demora. Fora isso, os 10 dias de praxe, prorrogáveis por mais 10 dias, que a Comissão sempre deu. Então, eu faço um apelo a V.Exa. que já cite aqui o assessor da agência, que está aqui, que poderá fazer de imediato uma ligação com a agência. Tenho certeza absoluta de que, se há uma nomeação de um Diretor Técnico, de um Diretor Fiscal, tem que ter o controle. Se tem o controle, é só bater o *enter* no computador, imprimir e mandar por *fax* em 20 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ao invés de requerer diligência, torna-se mais rápido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Em 20 minutos está aqui para nós.

O SR. DEPUTADO DR. BENEDITO DIAS - Tem uma informação aqui do Diretor do Saúde ABC que a nomeação é feita via *Diário Oficial*. Então, está tudo oficializado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Então, para que nós possamos evoluir, quero só ouvir se o Deputado Walter Feldman queria colocar alguma...

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN - Só uma dúvida, não ficou muito claro se esses recursos pagos pelas empresas a esses diretores técnicos são exatamente para subsídio, vencimentos ou salários desses profissionais.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN - É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN - É o salário que eles recebem na empresa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Então, nós vamos aqui repetir até porque a representação da agência está acompanhando a CPI e nós vamos fazer as 2 coisas. Ao mesmo tempo que solicitamos oralmente, nós estamos também escrevendo o requerimento que deve constar da seguinte solicitação: todas



as direções técnicas e/ou fiscais que foram feitas até hoje ou que estão ainda em vigência, nós queremos saber o nome da pessoa que está exercendo esta função, o salário que recebe, há quantos meses está recebendo...

(Não identificado) - A qualificação técnica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - A qualificação técnica, há quantos meses está recebendo, qual é o período em que trabalha...

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Para mim, uma informação fundamental é se existe alguma normatização para essa intervenção, que é chamada de direção técnica, ou seja, eu nomeio alguém que tem alguma qualificação. Essa informação sobre qualificação é importante, mas eu quero saber se essa pessoa tem lá um corpo de compromissos, responsabilidades, horários, que tipo de envolvimento a ANS cobra desses seus prepostos que são os diretores técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Por último, nós acrescentamos mais uma pergunta: com que critérios foram escolhidos os ...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - São duas atividades: a direção técnica e a direção fiscal.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Só quero fazer um apelo grande aos Srs. Deputados, eu vou ouvir o Deputado Jamil Murad, um apelo muito grande, porque nós temos 6 inscritos e são 16h48min, sob pena de nós prejudicarmos aqueles que estão inscritos aguardando para falar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - O Deputado Jamil foi o primeiro a pedir pela ordem. Então, o primeiro a pedir pela ordem foi o Deputado Jamil.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Pela ordem, para esclarecer o que foi dito quando veio aqui o representante da ANS, o dirigente da ANS. Esses diretores, esses técnicos, eles são escolhidos no mercado. Não existe regra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Então, nós vamos ouvir formalmente essa resposta. Podemos seguir com o Deputado...



O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Gostaria de sugerir a V.Exa., com consentimento dos nossos nobres pares, se não poderíamos fazer uma escala de 3 perguntas e depois eles responderiam, porque senão podemos ser chamados para a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Não é possível, já ouvi aqui a avaliação de alguns que vão falar. Então, nós vamos é ser ágeis, passando a palavra ao Deputado Saraiva Felipe.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Sr. Presidente Henrique Fontana, Sr. Relator, senhores depoentes, eu gostaria de repisar que eu gostaria de saber se existe algum manual, algum corpo de instrução, alguma regra que oriente o trabalho do diretor técnico dentro dessas empresas. Isso é que é fundamental. Então, eu gostaria que isso ficasse bem registrado e bem claro o tipo de informação, o roteiro, que eu gostaria de obter. Participando aqui de várias audiências, depoimentos, nós traçamos um perfil da situação dos planos de saúde. Foi-nos dito, por várias pessoas que representam empresas que atuam no setor, que tem um patamar de usuários para que esses planos sejam viáveis. Por exemplo, foi-nos dito aqui que, abaixo de 10.000 usuários, os planos tendem a não ter equilíbrio econômico-financeiro. Então, eu gostaria de perguntar ao Dr. Ricardo o seguinte: o que eu pude entender da sua fala, Dr. Ricardo Silveira, é que o Saúde ABC teria em torno de 10.000 usuários. É isso?

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Não.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Quantos?

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Cento e setenta mil.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Cento e setenta mil. Outra coisa é o seguinte: eu gostaria, tentando estabelecer uma relação entre o Transmontano e o Saúde ABC, eu também entendi na fala do Sr. Fernando Moredo que hoje os serviços de assistência médica para o Transmontano são prestados pela ABC Convênios Médico-Hospitalares. É isso, doutor?

O SR. FERNANDO MOREDO - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Nessa terceirização, na verdade, o Transmontano passa isso para o Saúde ABC, eu gostaria de dizer o seguinte: eu fiquei impressionado com a informação que o senhor nos deu de que, quando a



SAMCIL administrava a assistência à saúde dentro do Transmontano, houve uma queda acentuada no período em que a SAMCIL ocupou a responsabilidade pela assistência médica no número de associados ao plano. Então a pergunta que faço é a seguinte: Dr. Moredo, depois que passou para o Saúde ABC, houve a sensação de queda do número de usuários do Transmontano no que tange à assistência à saúde?

O SR. FERNANDO MOREDO - Perfeitamente. Eu posso explicar com números. Nós começamos exatamente em 1º de dezembro de 1996 o contrato SAMCIL, e terminamos exatamente em 1º de dezembro de 2002. Começamos com 120.800 associados e terminamos com aproximadamente 39.000 associados. Tínhamos uma perda anual em volta de 10%. Então, ele veio diminuindo, diminuindo, diminuindo ano a ano. E, a partir do momento em que começou o contrato de Saúde ABC, nós estamos com um pequeno acréscimo — pequeno —, que está agora começando a ser um pouco maior nesses últimos 3 ou 4 meses, inclusive as nossas vendas durante 6 anos foram de 16.000 vidas, e perdemos todas as 16.000 vidas. Ou seja, tínhamos 120.800, teríamos de somar 16.000, ficariam cerca de 137.000, e nós descontamos 39.000, quando cessou o contrato. Então aquilo tudo nós perdemos. Hoje nós começamos dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril num tumulto muito grande, então nós não conseguimos vender, mas o quadro se estabilizou, ou seja, havia perda, mas muito pequena, só daqueles que iam a óbito. Depois começamos a vender — para que tenham uma idéia, o Plano Transmontano hoje está gozando de um bom conceito, nós estamos vendendo, no mês de outubro, 1.300 vidas, a projeção para esta mês é de 1.500, e o mês anterior, que foi setembro, 847.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Eu queria apresentar então uma incoerência entre o que o senhor nos diz e a fala de alguns dos depoentes. Por exemplo, antes dos usuários, o senhor, como terceirizador de assistência médica, já apresentou aqui uma dolorosa reclamação de que lhe fez cair o número de usuários de 120.000 para em torno de 39.000, de 1996 a 2002. Se o senhor, como administrador do Transmontano, tem a percepção de que houve essa queda, provavelmente por deficiência de atendimento, então isso não bate com a informação de que as reclamações são mínimas, as reclamações são poucas, que



nós ouvimos aqui dos nossos 3 convidados. Há uma outra situação, também, Sr. Presidente, que queria agregar o seguinte: os 3 depoentes nos informaram aqui que não conhecem bem a razão dessa direção técnica determinada pela Agência Nacional de Saúde. Eles colocam que o número de reclamações é baixo; o Dr. Luiz Roberto nos coloca que em virtude de normas que vieram *a posteriori*, quando a empresa SAMCIL vinha numa política de adquirir planos de saúde, sobretudo em dificuldades, é tentar recuperá-los. Eu pediria o seguinte, Presidente Henrique Fontana, uma informação fundamental que gostaria de ter: eu gostaria de ter de forma bem sistemática, bem transparente as razões pelas quais a Agência Nacional de Saúde determinou a direção técnica desses 3 planos. Eu poderia pedir para todos os planos que estão sob direção técnica, mas, para mim, já seria esclarecedor se eu conhecesse as razões fundamentadas de forma objetiva, para que a Agência Nacional de Saúde tenha determinado a direção técnica. Isso aí vai ser muito esclarecedor para esta CPI. Eu acho que nós podemos fazer uma transposição a partir desses 3 casos tomados como exemplo para outras situações desse tipo de intervenção chamada de direção técnica pela Agência Nacional de Saúde. O que eu pediria então, talvez, para poupar burocracia, é que V.Exa. incluísse nessa solicitação de informações sobre as condições em que se dá a direção técnica as razões que fundamentaram a direção técnica determinada pela ANS nestes 3 casos: do Transmontano, da SAMCIL e do Saúde ABC. É uma informação que gostaria de debulhar para entender melhor essa situação, como ilustração de situações mais gerais que nós possamos ter no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Saraiva Felipe, nós vamos atender a sua solicitação pedindo a nossa assessoria, em primeiro lugar, que destaque parte de documentos que já temos na CPI e, em segundo lugar, que agregue a este requerimento que estamos fazendo hoje uma explicação mais detalhada desses 3 casos, que queremos transformar em casos exemplares do ponto de vista da análise que vamos fazer.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Detalhada, porém objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Perfeito. Satisfeito, Deputado Saraiva Felipe? O próximo inscrito é o Deputado Robson Tuma.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, recebi documento assinado pela Dra. Solange, Diretora de Normas e Habilitação das Operadores, e confesso que fiquei um pouco preocupado quando ela fala que era contrária à intervenção — não fala que é contrária, sugere que seja feita a fiscalização, que seria a medida preventiva e provisória de cunho cautelar com vistas a se conseguir o saneamento administrativo ou financeiro da operadora, que é o caso da direção técnica, e que, no caso de haver a necessidade de saber anormalidades detectadas, seria suficiente a fiscalização *in loco*. É isso o que ela coloca. Perguntei por que não uma intervenção, já que há tantas dúvidas, mas confesso que agora estou perplexo por terem feito a direção técnica. Por quê? Porque, para mim, nada mais serve à direção técnica do que um emprego. A ANS deveria ser ANSP: Agência Nacional de Saúde e Pecuária. Por quê? Na verdade, a direção técnica não serve para nada, pelo que estou entendendo, e, obviamente, na fiscalização teria o poder e o controle de entrar na empresa, pegar os documentos e fazer a fiscalização, o que não acontece, pelo que entendi, na direção técnica. Então, pergunto ao Dr. Fernando se pode nos explicar o que é a direção técnica e o que é a direção fiscal, em que até agora ninguém tocou, embora pareça que 2 empresas chegaram a tê-la. O senhor pode explicar o que é direção técnica, o que é direção fiscal e para que servem as duas?

O SR. FERNANDO MOREDO - Bem, o Transmontano não teve direção fiscal, mas eu sei o que é: ela serve para ver a saúde financeira da empresa. A direção técnica cuida exclusivamente da rede credenciada, vendo se o atendimento ao associado está perfeito. Esse é o esclarecimento. Qual era a outra pergunta?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Era isso: para que serve uma e para que serve a outra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Salários diferentes, Deputado Tuma?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não sei. O salário de uma e de outra são diferentes?

O SR. FERNANDO MOREDO - Eu não tive direção fiscal no Transmontano, então não sei se é diferente. Agora, gostaria que os Srs. Deputados gravassem mais uma coisa: além de 6.800 reais, ele entra como salário mesmo, e é feito um RPA no



qual nós recolhemos 20% de leis sociais e descontamos Imposto de Renda na fonte do prestador. Então, com todo o respeito à ANS, acho que ela, na verdade, não está ajudando o plano a se regularizar, principalmente o Transmontano, que, além de ser uma entidade que não tem nada a ver com a história — não era preciso ter sido decretada nenhuma direção técnica...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, essa última informação do Sr. Fernando Moredo é um absurdo. Quer dizer que ele paga e ainda desconta o RPA? É uma coisa que não dá para entender; vejam a loucura do sistema: se é uma terceira pessoa indicada pela ANS para ir lá, representar a ANS na Direção Técnica ou Direção Fiscal, quer dizer, a relação dessa pessoa é com a ANS, não pode ser nunca direto na questão financeira com a própria operadora sob intervenção. É absurdo ele falar isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Talvez, Deputado Arnaldo, nós tenhamos aí sinais, que, como Presidente, nós não podemos precipitar, mas temos sinais de problemas semelhantes àqueles que surgiram com a chamada indústria de falências em alguns casos, onde se iniciava um processo que se perpetua durante um período longo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas é absurdo o que ele falou agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Com a palavra o Deputado Robson Tuma, para concluir, e após...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ — ...que ele paga com RPA, eu chamo atenção da Mesa. É absurdo o que ele falou agora. Não que o que ele tenha falado é absurdo, mas a materialização do que foi falado é absurdo. Ele pagar com RPA uma pessoa terceira, indicada por uma agência, quer dizer, é uma coisa louca, louca, não tem sentido.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Essa é a regulamentação que foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, antes de fazer 2 perguntas, eu quero continuar aqui, só um minutinho, sobre o requerimento. E vai mais longe, ela coloca aqui claramente no ofício: naquela oportunidade foi elaborada



a Nota 443, sugerindo que fossem realizadas diligências nas operadoras sob a orientação do DIPO e aplicação das multas nos casos que fossem constatada a infração às normas no âmbito da ANS, já que as operadoras SAMCIL e Saúde ABC haviam saído da Direção Fiscal há 8 meses, ou seja, já tinha sido feita uma Direção Fiscal, para saber a saúde financeira, que, obvio, tem que ser feito, porque, se a empresa quebra, são os consumidores que se prejudicam. Há 8 meses, nada deve ter sido constatado. Então, eu pergunto aos senhores da SAMCIL e do Saúde ABC, foram multados? No que foram multados, se houve processo administrativo para encerramento da empresa, pela saúde fiscal dela que não estava boa, porque, se não houve, é grave essa nomeação desses diretores técnicos, é gravíssima. E digo mais, ela coloca, comprovação de publicação no jornal, a comprovação de manutenção de qualidade de rede credenciada, comprovação de comunicação individual, alienação de beneficiários SAPS e Pró-Saúde, aplicação de sanção quanto à não-comunicação prévia de transferência parcial da carteira a usuários entre SAPS e Pró-Saúde, averiguação de dados sobre rede credenciadas e operadoras, informações sobre produtos em relação à alienação de massa social realizada no Pró-Saúde e Pronto Atendimento Médico Jardins e registros em cartórios dos referidos contratos. Essas eram as informações que se queria e por isso se nomeou uma Direção Técnica, pelo menos está aqui; quem está falando é a Diretora de Normas de Habilitação das Operadoras. Ou seja, é claro que uma fiscalização se conseguiria muito mais rápido essas informações. Isso realmente é grave quando se é nomeada uma Direção Técnica, e eu já deixo a pergunta aqui: quanto tempo estão sob Direção Técnica? Quanto tempo ficaram em Direção Fiscal? E se o salário do Diretor Fiscal é o mesmo do Diretor Técnico? Então, os tempos e quanto tempo duraram. A segunda pergunta que quero fazer para os senhores: em relação às reclamações, então, por exemplo, o Dr. Luiz estava colocando aqui que foram mais ou menos... não precisa, não é considerado mentira, mesmo porque deve ser difícil se lembrar mesmo. O Dr. Fernando colocou um outro número, o Dr. Ricardo, outro. O senhor falou em 32, que 10 não sei o quê, 8 não foram atendidas porque não estavam... dessas, quantos chegaram à Justiça? Dessas, quantas foram à Justiça? Porque isso é importante. Porque se há uma reclamação e o caso é solucionado, é importante sabermos. Quantos foram para a



Justiça desses todos? Quantas ações contra cada uma de suas empresas existiram na Justiça nos últimos 12 meses?

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Das 32, que eu falei dos últimos 12 meses, que eu me lembre, 3 foram para Justiça e estão sendo discutidas, as demais foram resolvidas ou solucionadas. Eu posso mandar números detalhados à Comissão, depois de verificar lá.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Só o tempo da Direção Fiscal e da Direção Técnica e se o salário era o mesmo.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Pois não. A Direção Fiscal durou 6 meses, o salário era semelhante. Eu não recebi ainda a cobrança do salário do Diretor Técnico atual, mas eu me recordo que o do anterior da Direção Fiscal era de 6 mil e poucos reais. Então, se equivalem, se equívalem. A Direção Fiscal primeira durou seis meses e a Direção Técnica está indo para o terceiro, para o quarto mês agora.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E até agora o senhor não recebeu conta?

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Desse não. Desse ainda não. Talvez possa ter entrado lá no financeiro, esteja lá e eu não sei, mas, que eu saiba ainda não pagamos, mas vamos receber a conta com certeza, eles são bons nisso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pode ser voluntário, não? Agora, a mesma pergunta para que eles respondam.

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Bom, V.Exa. pergunta quanto ao tempo da Direção Fiscal. Nós entramos em Direção Fiscal em 17 de dezembro de 2001 e saímos em maio de 2002. Foi a empresa, nós fizemos até uma publicação no jornal á época, porque não havia na realidade também nada que pudesse ser, mas foi por simplesmente usar uma sigla em um nome que nós tivemos a Direção Fiscal. O Diretor, ele ganhava o mesmo salário. O Saúde ABC foi a empresa que ficou em menor tempo, desde do início da ANS, em regime de Direção Fiscal.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Desculpe, o senhor me disse que foi por causa de uma sigla usada, mas a Direção Fiscal não é para saber a saúde fiscal da empresa? A sigla era econômica?



O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - O processo se inicia com a venda da carteira da UNICOR para a SAMCIL. E aí, como eles não localizam SAMCIL no cadastro, a ANS, então, eles pegam todas as empresas que tenham razão social ou nome fantasia com a sigla e daí pegaram o Saúde ABC.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E a Direção Técnica e sobre as denúncias, quantas foram para a Justiça, nesse período de reclamações?

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Desse período de reclamação, também me comprometo a enviar ao senhor com os detalhes. Eu acredito que nenhuma, não houve nenhuma reclamação judicial nesse período de 12 meses, como V.Exa. perguntou. Quanto ao salário do Diretor Fiscal e do Diretor Técnico, são os mesmos valores praticamente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Agora o Dr....

O SR. FERNANDO MOREDO - Veja, o salário, eu não sei se é o mesmo, porque nós não tivemos Direção Fiscal. Agora, quanto ao problema de reclamações, nós temos 2 momentos distintos na questão do Transmontano. Nós temos anteriores, quando o contrato era SAMCIL, e temos posteriores, quando o contrato é Saúde ABC. Nos anteriores, o nosso produto era registrado em nome de SAMCIL e, no atual, o produto é Transmontano. Então, as reclamações anteriores eram todas em nome da SAMCIL e as atuais são em nome do Transmontano. Então, nós tínhamos conhecimento de muita reclamação anterior, mas não contra o Transmontano e, sim, do associado que vinha até nós, mas a reclamação era feita em nome da SAMCIL. Entendeu? Agora, eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - O Deputado Tuma tem mais alguma pergunta? Para nós agilizarmos, porque senão não chegamos ao fim.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Como é que é feito e quanto que é pago pelas empresas e se é pago taxa para a Agência Nacional de Saúde?

O SR. FERNANDO MOREDO - Posso responder? É pago, sim, uma taxa pelo número de associados. Felizmente eles têm uma taxa que à medida que a pessoa vai sendo mais idosa, ela é isenta. Então, o Transmontano paga até uma taxa menor em função de número de elevado de idosos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Quantos anos?



O SR. FERNANDO MOREDO - Parece-me que acima de 60 anos ele já... a taxa é...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E quanto é a taxa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Dois reais por usuário ano.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Por usuário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Isso. Um faturamento de 72 milhões por ano, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Presidente, e esse dinheiro não dá para pagar os interventores? Precisa...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Setenta milhões por ano. A gente já podia construir alguns hospitais para as pessoas carentes lá em São Paulo, já ajudaria bastante com esse dinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN - Sr. Presidente, pela ordem. Uma série de indagações que estão sendo feitas, nós estamos perdendo a oportunidade de aproveitar a presença dos convidados, porque são questões que só a Agência poderia responder. Ou nós reconvidamos a Agência, para que elas sejam repetidas, inclusive com a surpresa dos interventores ou diretores que estão aqui, ou eu sugiro que a gente, já constatando essa dúvida, essa surpresa que é de todos para que a agência nos responda, aproveitasse melhor a presença dos senhores convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Bem, concluiu, Deputado Tuma?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado. (*Pausa.*) Com a palavra o Deputado Mário Heringer, com o apelo permanente do Presidente no sentido da rapidez que nos permita ouvir a todos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não tem *quorum* ainda no plenário.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Presidente, como não dei sorte de me inscrever logo no início, gostaria de contar um pouquinho com a paciência do senhor.

(*Intervenção inaudível.*)



O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - É, mas acho que tenho. Recebemos com presteza o voto da diretora, Solange. Eu, que tinha um certa prevenção, logo no início, quando foi colocado, vejo que o voto dela foi um voto bastante razoável. O voto dela optava por uma situação mais prática. Entretanto, ela foi vencida provavelmente no colegiado e esse voto não prevaleceu. Durante esse tempo, estava observando. Existe uma briga interna e não quero me meter nessa briga. Estamos aqui para fazer o que o nosso Relator deu como rumo pra gente, no início, tentar descobrir os buracos e as falhas desse sistema e tentar ajudá-lo. Eu queria saber do Dr. Luiz como é que ele faz o comissionamento ou a remuneração dos seus 3.000 corretores, e que percentual é esse que é feito. *(Pausa.)* Se a SAMCIL tem, além da sua própria rede, uma rede credenciada de médicos. Se nas aquisições feitas de carteiras ficou com a carteira ou com toda a doença ou se ficou somente com a carteira de usuários. Eu queria perguntar ao Sr. Fernando se a Transmontano é registrada como plano de saúde na Agência Nacional de Saúde. Eu queria saber dos 3 se é possível terceirização ou repasse de carteira de usuários, dentro da legislação de plano de saúde, da 9.656. A gente vê aqui um caso de repasse de carteira. *(Pausa.)* Depois que terminassem as respostas, Presidente, gostaria de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Pois não, primeiro, o Dr. Luiz.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - A compra de carteiras não era prevista inicialmente pela ANS em sua regulamentação, mas ela é uma verdade. É uma coisa que existe desde que existem planos de saúde no Brasil. Como falei, compramos a nossa primeira carteira em 1962 e isso vem se repetindo. Existem as 2 maneiras. Às vezes, compramos — e isso é previsto pela ANS — a empresa. A última aquisição foi a SL Saúde no Hospital São Leopoldo. Compramos a empresa. Assumimos ativo, passivo etc. e a carteira. Existem casos também previstos pela ANS, em que se compra exclusivamente a carteira. Então, se compra a carteira e a empresa é que é a responsável pelo seu passivo etc. E existe um terceiro caso, que é o que temos, por exemplo, com o Vasco da Gama e tivemos com o Centro Trasmontano, em que a empresa apenas faz um contrato de gestão da parte



médico-hospitalar e administra essa gestão. A terceirização... Em todos os casos que nós compramos...

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Perguntei com relação aos corretores, qual a remuneração; se o senhor tem hospitais e médicos credenciados.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - E com relação às aquisições. Foram as 3 perguntas.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Perfeito. Com relação aos médicos e hospitais credenciados, temos, sim, médicos e hospitais credenciados, mas 90% do nosso atendimento é feito nos nossos próprios hospitais, com médicos que trabalham para nós, sob diferentes regimes — geralmente CLT. Com relação aos corretores, há uma praxe e varia muito pouco de uma operadora para outra. A diferença é feita entre pessoas físicas e pessoas jurídicas. Para pessoas jurídicas, geralmente o que se paga para o corretor é 100%, digamos, a primeira mensalidade. E para pessoas físicas o que se paga é 350%, três mensalidades e meia, divididas. Às vezes, se paga em 6 vezes, às vezes paga-se em 8 vezes etc. É assim que funciona.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Falta só a..., que é a pergunta para os 3, se é possível, se está previsto o repasse de carteira ou a terceirização de carteira entre planos de saúde.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Contratar uma empresa para dar esse atendimento tornou para a ANS uma realidade, uma coisa que já havia no mercado, que já vinha funcionando, e que de alguma forma a ANS vem procurando regulamentar com alguns cuidados etc. Ela exige registro em cartório do contrato, tem uma série de exigências. Eles são bastante burocratizados. Essas certas exigências, uma vez cumpridas, é possível fazer, sim. (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO MOREDO - Para mim, tem algumas perguntas que não gravei.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Fiz 2 perguntas. Se é registrado na ANS como plano de saúde e se é possível terceirizar uma carteira.

O SR. FERNANDO MOREDO - Então, veja bem. Somos registrados na ANS; temos o número. Isso pode ser comprovado, não há problema nenhum. Agora, a



terceirização... Nós, como disse inicialmente, somos uma sociedade, uma associação civil, sem fins lucrativos, e ela tem, entre outras coisas, assistência médica. As outras coisas são o seguinte. Temos o plano sócio...

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Não há necessidade, Sr. Fernando. Isso aí o senhor já falou no início, para gente, com relação a isso. Quero, então, só adicionar mais um pergunta. O senhor disse que, quando tinha o contrato com a SAMCIL, o senhor tinha *royalty* de 20%, num período, depois passou pra 10%, pelo final do contrato. Qual é o *royalty* que o senhor recebe, hoje, da Trasmontana?

O SR. FERNANDO MOREDO - Doze por cento.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - E a última pergunta, por favor, se é possível repassar carteira para usuários.

O SR. FERNANDO MOREDO - Não. Não é possível repassar.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Para o senhor é a última pergunta.

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - É possível o repasse de carteira, a administração de carteira. Isso é previsto em várias RDCs, que são as normas operacionais editadas pela ANS. A 25, a 45, a 42, todas elas falam em repasse e transferência de carteira. Existe a figura da terceirização também prevista em lei, que é o beneficiário não exposto ou exposto não-beneficiário. Então, existe a regulamentação toda para esse tipo de atendimento.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Agora, munido dessas respostas, queria fazer alguns comentários. Evidentemente, que a gente começou, Presidente, para descobrir o que tinha de errado com esse sistema, pra gente poder chegar hoje e propor solução. O que estamos vendo aqui são 3 empresas que se declararam desde o início que o nicho de mercado são as classes C e D. O Sr. Fernando Moredo inclusive deu em números pra gente que a carteira dele é uma carteira velha, de velhos, idosa — vamos chamar de velha —, provavelmente o número que mais despense para o sistema. Se temos a corretagem de seguros pagando 35%; se os *royalties* são 12%, somando isso, meu Presidente, já temos 47% na conta do usuário, que é repasse. A Trasmontano está fazendo hoje um excelente negócio. Tem uma marca, que teve problema com essa marca porque perdeu para a marca SAMCIL aquele número de usuários, foi quando ela resolveu trocar porque ela estava perdendo. Ela saiu de 120.800 usuários para 39.000 usuários, porque



provavelmente no gerenciamento da SAMCIL, de uma forma ou outra, o nome SAMCIL atraia os usuários dele. E você há de convir comigo que 12%, que no caso da SAMCIL foi 14,5% na média, perdido em cima de carteira de 80.000 usuários, é um número bastante razoável. A briga entre eles não me interessa. Isso é briga jurídica; estão todos já brigando por isso. Mas ainda queria chegar, depois desses 47% que a gente chegou no número do custo dessa mensalidade do usuário, no lucro do operador. Quem estiver operando ou terceirizando essa carteira, vamos usar essa terminologia, ainda tem lucro. Depois disso, a gente faz uma avaliação do custo administrativo, do custo de propaganda, e nós vamos chegar à conclusão que o custo médico não custa nada no Brasil ou alguém...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Provavelmente. O custo médico não custa nada no Brasil.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Quer dizer, eu não sei que mecanismos que se faz para sobreviver a um sistema com essas informações.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - É verdade. Então, eu entendo que a gente caminhou nessa reunião, na minha concepção, onde eu queria e desde o início, e quero avaliar o sistema pra propor solução pro sistema. O sistema precisa de falar a verdade; o sistema tem que abrir a caixa-preta; os hospitais têm que botar os preços claros; os planos de saúde têm que botar os preços claros. Essa corretagem é absurda. E lá na ponta ficamos nós discutindo se vamos dar ou não assistência pro idoso, o Estatuto do Idoso. Vamos normatizar essa corretagem, vamos impedir essa transferência de carteira, onde tem *royalty* envolvido nisso aí, e a gente vai botar um preço menor, e a gente vai ter um preço menor. Essa solução é a solução de destapar a caixa-preta desse negócio. A solução é aquele jogo da verdade que nós propusemos aqui no início dessa CPI, quando a gente buscou junto à Agência Nacional de Saúde os custos e nos foi negado durante um tempo. A gente precisava ter começado esse jogo da verdade, e essa audiência precisava ter sido feita no início. Infelizmente, está sendo feita agora no final, mas eu saio daqui com a



convicção: esse sistema tem gordura pra queimar. Quando os planos vêm aqui e dizem pra mim que estão falidos, estão contando história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Bom, Deputado Mário Heringer, eu agradeço a sua intervenção. Não foi uma pergunta, foi uma avaliação, Deputado. E eu vou aqui rapidamente colocar em votação o nosso requerimento apresentado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá. Como preliminar, eu preciso votar o requerimento para que ele seja incluído...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - ...nos termos regimentais como requerimento extrapauta. Então...

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Pois não.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Eu gostaria de acrescentar aqui um item, que é a regulamentação ou atribuições do diretor técnico. Eu insisti muito na minha fala. É o 7º item.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Isso. Então, nós pedimos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vou acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - ...ao Deputado Arnaldo que acolha e ele acolheu.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está acolhido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - E vamos acrescentar. Então, nós vamos votar imediatamente. Talvez para ser mais ágil, não precisamos passar por toda, já vamos chamar os Deputados que estão aqui que nos garantem o *quorum*. Então, como a votação precisa ser nominal, eu começo pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Sim. Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Jamil Murad.



O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Mário Heringer.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Saraiva Felipe.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Sim, agradecendo ao Deputado Arnaldo Faria de Sá o acolhimento de um 7º item que seria a regulamentação, as atribuições do diretor técnico.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E fiscal.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - E fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Gouveia.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GOUVEIA - Voto "sim", Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Benedito.

O SR. DEPUTADO DR. BENEDITO DIAS - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Madeira.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Biscaia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Nosso Deputado, Relator Ribamar.

O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES - Sim, Sr. Presidente.

(Não identificado) - E o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Henrique Fontana vota "sim". Aprovada a inclusão extrapauta. Em votação o requerimento



propriamente dito. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Com a ressalva solicitada pelo Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Com a ressalva solicitada e passamos a palavra ao Deputado Jamil Murad, antes que o Deputado Tuma peça verificação.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Sr. Presidente, aqui fica clara a dificuldade para a sociedade brasileira que, confiando nessa organização de assistência, através dos planos de saúde, acabam sendo burlados. E a burla... fica claro aqui numa audiência como essa que ela tem uma origem na raiz, quer dizer, num jogo empresarial, o usuário é que menos importa. Aqui, neste documento da ANS, na página 2, fala o seguinte: *“Além disso, agregada à gravidade acima mencionada, houve nos meios de comunicação a divulgação de acusações e denúncias de práticas irregulares entre as operadoras, aliada à divulgação de informações reservadas”* etc. Até que os representantes da operadores estão bem comportados aqui, mas o Transmontano era da SAMCIL, agora está abraçado lá com o ABC Saúde, quer dizer, é o puro jogo comercial, puro jogo comercial, quer dizer, você não sabe aonde fica o interesse do usuário. Por exemplo, eu tenho um usuário aqui. Uma mulher tinha uma lesão no intestino, com sangramento; precisava de uma colonoscopia; passou por vários médicos. A SAMCIL indicou médicos, ela ia lá e aquele médico estava descredenciado. A SAMCIL indicava outro, aquele médico estava descredenciado. Indicava um hospital para fazer a colonoscopia. Ia lá e o hospital estava descredenciado. Foram 8 meses com uma lesão no intestino e com sangramento. Feita a colonoscopia, não foi feita a biopsia. Eu não tenho informação completa, mas eu posso supor que foi liberado para fazer a colonoscopia, mas não foi liberado para fazer a biopsia. Quer dizer, tudo como medidas empresariais, restritivas, para gastar menos. Então, essas coisas... A prática, por exemplo, de cardiologia que, como profissional diplomado pela Associação de Cardiologistas, ele é obrigado a encaminhar para um outro cardiologista da SAMCIL para ver se libera exame, tratamento etc. humilhando o profissional especializado, não é? Desqualificando. E se reclamar, aí vem a



informação: se reclamar, o indivíduo é descredenciado. Eu não estou fazendo suposição. Eu tenho as informações através das entidades que recolhem as queixas dos usuários. Eu estou relatando aqui como um representante da sociedade, alguém tem que falar. Quer dizer, nós precisamos sair dessa situação, não é? Em outras palavras, os médicos têm muitos problemas com a SAMCIL. E é a mais antiga, é a mais antiga. Eu fui diretor do Sindicato dos Médicos em 78 e era difícil, era difícil. Agora, aqui o Presidente do Transmontano ele fala assim: *“Olha, eu sou apenas um dos 36.000, não sou nada diferente do Sr. Diretor”*. Depois, mais à frente, ele fala: *“Não, eu fui eleito e agora, esse ano, eu fui reeleito”*. Bom, então não é apenas 1 em 36.000, ele foi eleito e foi reeleito. Ele é Presidente, ele responde pela sociedade, não é? Pelas coisas boas e pelas coisas ruins. Agora, a carteira dele desceu de 120 para 40.000. Ele ainda diz: *“Olha, não pode comprar um carro popular e depois a gente ter que entregar um Mercedes”*. Mas a minha preocupação, Sr. Fernando, Sr. Luiz Roberto, Sr. Ricardo, também é o indivíduo comprar um carro popular e a operadora entregar uma bicicleta para ele, porque os usuários estão se queixando disso. Quer dizer, eles compram o plano e depois entregam... compram um carro popular e entregam uma bicicleta.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ou levam uma bicicleta, não é?

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Bom, mas, em 1966, o Dr. Luiz colocou, Roberto Campos queria uma regulamentação. Depois não foi feita a regulamentação, porque o Roberto Campos também era de uma filosofia que é o livre mercado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vamos respeitar os mortos.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - É lógico que vou respeitar, estou discutindo a filosofia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não vamos bater no Roberto Campos agora.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Não, estou dizendo que ele...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Vamos respeitar os mortos.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Exatamente. Estou dizendo que ele era conhecido como homem defensor do livre mercado, não é? E aí esse negócio ficou



parado quase 40 anos, vai regulamentar e saiu uma regulamentação pífia, porque precisava, então... Nós desejamos que nesse processo haja uma regulamentação onde os planos possam cumprir as suas obrigações com o usuário, porque todo o mundo... o sujeito vai às Lojas Bahia, compra um televisor, o televisor tem que ser entregue, ele tem que funcionar, quer dizer, tem mecanismos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Ou na Marabrás.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Ou na Marabrás. Mas o problema é o seguinte, os planos de saúde, esse negócio que a Medicina é humanitária e tal, mas entrou uma área comercial, empresarial, que precisa ser vista dessa forma e precisa seguir as regras. Agora, o Poder Público e o Congresso Nacional ficaram quase 40 anos para regulamentar e ainda a regulamentação deixa muito a desejar. As operadoras não estão contentes, o usuário não está contente, o Poder Público não está contente. Quer dizer, nós precisamos tomar medidas em relação a isso. Então, era essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Jamil. Vou pedir para o Deputado Arnaldo assumir a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Com muito prazer sou Presidente neste momento para dar a palavra ao Presidente efetivo, apesar...

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Presidente, como eu tinha citado e não ficou clara a pergunta, era que o Dr. Luiz e o Dr. Ricardo falassem desse conflito de interesse entre as 2 operadoras, porque fica claro como é que... Eu não estou conhecendo qual é o conflito e seria uma oportunidade para nós continuarmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Na verdade, não é o objetivo da convocação da CPI. Com a palavra o Deputado Henrique Fontana, próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Deputado Arnaldo. Primeiro queria perguntar ao Sr. Ricardo Silveira de Paula em que data foi fundada a Saúde ABC Convênios Médicos Hospitalares e qual é a sua finalidade enquanto empresa?

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - A Saúde ABC foi fundada em agosto de 1995. A finalidade, como empresa, é prestar serviços médicos, é uma operadora de saúde, que atende aos seus associados.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Ela é uma empresa, então, que vende planos de saúde no mercado?

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Quantos associados ela tem, quantos planos têm ativos, planos vendidos pela ABC Saúde?

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Hoje, 170.000 usuários.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Cento e setenta mil usuários. Dito isso, como é que se estabeleceu a relação com a SAMCIL, quando se estabeleceu e para que foi estabelecida essa relação com a SAMCIL?

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Nós iniciamos em 1995 e, em fevereiro de 1999, nós compramos da SAMCIL uma carteira que tinha na região do ABC e na região do litoral. Com a aquisição dessa carteira, passamos a operar esses planos e fizemos a locação dos hospitais que ela possuía na Usemóveis Hospitalares, que são 3 imóveis, em Santo André, São Bernardo e Mauá, na região do ABC. Então, nós locamos os imóveis e compramos a carteira.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Quero perguntar ao Dr. Luiz Roberto, Presidente da SAMCIL, porque todas as informações, em geral, que ouvi ao longo da nossa audiência de hoje é que a empresa SAMCIL comprou diversas empresas ao longo da sua história. Por que neste momento ela vendeu parte da sua carteira para a empresa ABC?

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - A SAMCIL nunca vendeu nenhuma carteira. Os associados da SAMCIL, na região do ABC, passaram a ser atendidos por essa empresa, que foi formada em 1995, Saúde ABC, mas continuaram sendo associados da SAMCIL. E a SAMCIL recebia uma porcentagem sobre o faturamento dessas empresas, que era 8%. Foi a segunda vez que esse contrato foi cancelado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Por que a SAMCIL transferiu o atendimento dos pacientes para ABC, se ela é uma empresa que vinha operando no mercado e atendendo aos seus usuários no restante, no cotidiano normal?

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - A Saúde ABC atendia aos associados da SAMCIL que eram passados para ela.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Mas por que a SAMCIL resolveu passar os associados para a ABC?

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Quando chegou em 1999, nós estávamos em São Paulo, crescendo bastante. Como sempre, a SAMCIL ia sempre bem, e achamos que seria mais tranquilo o atendimento ser feito pelo grupo regional, local. Daí surgiu a idéia de efetuarmos uma coisa que estou chamando de franquia, que seria passarmos esses associados para a Saúde ABC atender e a SAMCIL receber uma parte disso. Para o atendimento desses associados, nós alugamos à Saúde ABC 3 hospitais nossos, funcionando, equipados etc.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Quero voltar a pergunta ao Sr. Ricardo, porque o Sr. Ricardo — quero chamar a atenção aqui dos colegas — disse que comprou a carteira de pacientes da SAMCIL daquela região, vamos dizer assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Do ABC.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Do ABC. E o Sr. Luiz Roberto diz que nunca vendeu a carteira de pacientes da SAMCIL. Então, até, vamos dizer assim, por uma questão de lógica, uma das 2 afirmações não é verdadeira. Pergunto de novo, Sr. Ricardo, vocês compraram a carteira de pacientes da SAMCIL? O senhor tem documento para mostrar que compraram?

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Compramos, através desse contrato, é um contrato de cessão, foi assinado em 26 de fevereiro de 1999, e fizemos a locação dos hospitais, de acordo com o contrato de locação, também assinado naquela data.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - A partir desse momento que vocês supostamente compraram pelo documento — aí peço que o Presidente receba esses documentos em nosso nome, da CPI —, a partir do momento em que vocês compraram essa carteira de pacientes, na hipótese de ser verdadeira a compra, não estou aqui eu fazendo um julgamento, evidente, de mérito, o usuário compreendia que estava sendo atendido pela ABC ou pela SAMCIL? De quem ele recebia, vamos dizer, o boleto de cobrança ou algo do gênero? Vocês usavam o nome SAMCIL?

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Excelência, vou voltar um pouquinho no tempo, só para poder...



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Só peço que o senhor seja bem objetivo, porque nós temos aqui uma série de perguntas.

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - O tempo de V.Exa. está estourado já.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Aí o senhor não é o Presidente.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Uma questão de ordem, Presidente. Aí não dá, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Por quê?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - A pergunta que fiz é se o paciente sabia que estava pagando um plano da ABC ou eles pagavam um plano que tinha o nome de SAMCIL?

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Foram cumpridas todas as normas da ANS, foi feita a transferência de carteira, todos os pacientes foram informados dessa transferência e recebiam boletos da Saúde ABC de cobrança e sabiam que tinham sido transferidos da SAMCIL para a Saúde ABC. Todos foram comunicados.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E todos os boletos então eram com o Saúde ABC?

O SR. RICARDO SILVEIRA DE PAULA - Perfeito. Foram transferidos, nessa época, 27...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Presidente, com a sua tolerância, se for possível, queria fazer mais algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - É lógico, Presidente, tem toda, à vontade.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Pela ordem, Presidente. Para não deixar dúvida, a minha intervenção era para dar mais tempo mesmo para o Henrique Fontana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - V.Exa. foi atendido.



O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Aquilo que V.Exa. tinha falado que não era pertinente à CPI o Deputado Henrique Fontana está colocando, e são 2 tratamentos, com 2 pesos e 2 medidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Ele é Presidente.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu quero perguntar, então, ao Sr. Luiz Roberto Silveira Pinto: de quantas empresas o senhor é sócio?

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - No momento eu não tenho idéia, não, mas eu acho que umas 10, 12.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - O senhor não sabe de quantas empresas o senhor é sócio?

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Eu já fui sócio de mais de 30 empresas, participei de sociedades, vendi, sai e eu estou há 43 anos na minha atividade empresarial.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Não, mas eu estou lhe fazendo uma pergunta objetiva sobre o momento atual. De quantas empresas o senhor é sócio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Atualmente.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Eu diria 10 aproximadamente.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - O senhor não sabe de quantas empresas o senhor é sócio?

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Eu diria 10 a 12 empresas.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - O senhor podia citar essas 10 ou 12 e dizer quais são as atividades dessas empresas, qual é a sua função e qual é a sua participação nessas empresas?

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Pró-Saúde é uma empresa que sucedeu a SAMCIL e que tem planos de saúde. Ao mesmo tempo a Pró-Saúde é proprietária de 7 hospitais em São Paulo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - A Pró-Saúde sucedeu a SAMCIL?

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Sucedeu a SAMCIL como pessoa jurídica. Havia a SAMCIL S.A., essa SAMCIL S.A. passou a ser Pró-Saúde e a



Pró-Saúde é que é dona dos 7 hospitais. (*Pausa.*) Eu posso, eu posso ter assessoria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Pode, lógico, pode.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Pode, mas desde que o senhor nos diga a informação precisa. O senhor pode ir nos falando uma por uma, dizendo qual é a sua função e qual é a finalidade da empresa que facilita.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Ele está anotando. Eu estou acompanhando a anotação.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Deputado, como eu falei, nos últimos 40, 42 anos, a SAMCIL comprou inúmeros planos de saúde. Esses planos de saúde muitas vezes vieram...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Não, não, mas eu quero dirigir porque nós temos pouco tempo. Eu lhe perguntei de quantas empresas o senhor é sócio e qual é a atividade dessas empresas e qual é o papel que o senhor exerce nessas empresas.

O SR. LUIZ ROBERTO SILVEIRA PINTO - Pois não. A Pró-Saúde, que é uma empresa de planos de saúde, uma operadora de planos de saúde, registrada na ANS e que vem operando e tem 319.000 associados. Depois nós temos a Resin, que é uma empresa administradora de prestação de serviços administrativos. A RAPIS que é proprietária dos imóveis hospitalares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Sr. Luiz, dá licença. Eu vou solicitar a V.Sa. que informe por escrito a esta CPI a relação das empresas, até porque nós estamos com um problema técnico, começou a Ordem do Dia e eu vou ser obrigado a suspender os trabalhos da CPI. Agradeço a presença de todos. Convoco a próxima reunião para terça-feira, às 14h, para entrega do relatório. Estão encerrados os trabalhos.